

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JAQUELINE APARECIDA CORREIA

**COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO
SANTIAGO: UM ESTUDO DE CASO EM SAUDADE DO IGUAÇU E RIO BONITO DO
IGUAÇU DE 2013 A 2022**

**LARANJEIRAS DO SUL
2023**

JAQUELINE APARECIDA CORREIA

**COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO
SANTIAGO: UM ESTUDO DE CASO DE SAUDADE DO IGUAÇU E RIO BONITO
DO IGUAÇU DE 2013 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Correia, Jaqueline Aparecida

Compensações Financeiras da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago: um estudo de caso em Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu de 2013 a 2022 / Jaqueline Aparecida Correia. -- 2023.

79 f.:il.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Energia Elétrica. 2. Orçamentos Públicos. 3. Agricultura. 4. Saúde. 5. Educação. I. Stoffel, Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JAQUELINE APARECIDA CORREIA

**COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO
SANTIAGO: UM ESTUDO DE CASO EM SAUDADE DO IGUAÇU E RIO BONITO
DO IGUAÇU DE 2013 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 08/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel – UFFS
Orientadora

Prof.^a Ms. Deise Maria Bourscheidt - UFFS
Avaliador

Prof. Dr. Antônio Maria Carpes – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a minha mãe Adriana,
ao meu marido Vinicius, que não mediram
esforços para a conclusão desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa se deu, principalmente pelo auxílio, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço, a todos que fazem parte desta conquista.

Agradeço primeiramente a minha mãe Adriana que mesmo com as adversidades da vida e com os obstáculos nunca me deixou desamparada, sempre se fazendo presente e apoiando, fazendo o papel de mãe e pai.

Agradeço minha avó Terezinha, que não mediu esforços para que chegasse até aqui, me auxiliando no início da faculdade quando pensava em desistir, obrigada avó, isso foi muito importante, pois consegui.

Alguém não menos importante, meu marido Vinicius, que também não mediu esforços para a realização deste trabalho, sempre me apoiando, me afirmando que sou capaz, nunca deixou de ficar ao meu lado, nos momentos de choros, desesperos, dúvidas, obrigada!

Aos meus amigos Geisa e William, que tornaram a faculdade um ambiente mais agradável, se fazendo presente em momentos difíceis e de dúvidas, e que compartilhamos momentos de muita alegria e risadas também, amizades que a UFFS me deu e que levarei para o resto da minha vida.

E por fim, mas também não menos importante, agradeço a Prof^a Dr^a Janete Stoffel, pela paciência, zelo, cuidado e por todo o conhecimento partilhado durante o período de orientação.

"Na administração pública, o manejo transparente dos recursos é a chave para construir sociedades mais justas e equitativas. Os repasses representam uma oportunidade crucial para direcionar recursos de forma estratégica, de evolução ao bem comum."

RESUMO

O presente trabalho consiste, em analisar como evoluiu a alocação de recursos destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde a partir dos recebimentos das compensações financeiras que a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago faz para os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu para os anos de 2013 a 2022. As compensações financeiras são repasses que as Usinas Hidrelétricas fazem pelo uso da água dos rios para a geração de energia elétrica, esses recursos são distribuídos aos estados e municípios, e em nossa região se faz uso desse repasse. Foram contextualizados autores que abordam sobre o crescimento e o desenvolvimento regional; sobre as usinas hidrelétricas; em relação as compensações financeiras e orçamento municipal. A metodologia utilizada envolve levantamento de dados secundários, pesquisa bibliográfica, estudos publicados, sites, buscas nos orçamentos municipais dos municípios e em específico no portal da transparência. Dos resultados alcançados foi possível observar que a receita gerada pelos repasses das compensações financeiras, embora não represente um percentual alto comparado ao orçamento total dos municípios, influência nas despesas dos orçamentos para as três áreas estudadas (que estão entre os setores que mais empregam recursos). Os resultados apontam que na maior parte do período há uma relação proporcional entre as variações das receitas e das despesas nas três áreas estudadas.

Palavras-chave: Energia elétrica; orçamentos públicos; agricultura; saúde; educação.

ABSTRACT

The present work consists of analyzing how the allocation of resources allocated to the areas of agriculture, education and health evolved based on the receipt of financial compensation that the Salto Santiago Hydroelectric Plant makes to the municipalities of Saudade do Iguaçu and Rio Bonito do Iguaçu for the years 2013 to 2022. Financial compensations are transfers that Hydroelectric Plants make for the use of river water to generate electrical energy, these resources are distributed to states and municipalities, and in our region this transfer is made use of. Authors who address regional growth and development were contextualized; about hydroelectric plants; in relation to financial compensations and municipal budget. The methodology used involves collecting secondary data, bibliographical research, published studies, websites, searches of municipalities' municipal budgets and specifically the transparency portal. From the results achieved, it was possible to observe that the revenue generated by the transfer of financial compensation, although it does not represent a high percentage compared to the total budget of the municipalities, influences the budget expenses for the three areas studied (which are among the sectors that use the most resources). The results indicate that for most of the period there is a proportional relationship between variations in revenue and expenses in the three areas studied.

Keywords: housing; Electricity; public budgets; agriculture; health; education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas oriundas das compensações financeiras da UHSS e o municípios que os recebem, em valores corrigidos de 2013 a 2022.	49
Gráfico 2 – Evolução das receitas de compensações e despesas na agricultura em Saudade do Iguaçu em valores corrigidos de 2013 a 2022.....	53
Gráfico 3 – Evolução das receitas de compensações financeiras da UHSS e despesas na educação no município de Saudade do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022	56
Gráfico 4 – Receita de compensações financeiras e despesas na saúde no município de Saudade do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022.....	59
Gráfico 5 –Receitas de compensações financeiras da UHSS e despesas na agricultura no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022	62
Gráfico 6 – Receita de compensações financeiras da UHSS e despesa na educação no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022	65
Gráfico 7– Receita de compensações financeiras e despesa na saúde no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022.....	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização da Usina de Salto Santiago e os Municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu	37
Quadro 1 - Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu	18
Quadro 2 - Fundamentação Legal da Compensação Financeira	33
Quadro 3 - Síntese da metodologia utilizada na pesquisa, com base nos objetivos específicos	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receita de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu oriunda da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago a partir dos repasses anuais das compensações financeiras (2013 a 2022).....	47
Tabela 2 – Percentual dos valores repassados e quanto representam no orçamento do município.....	48
Tabela 3 - Despesa total orçamentária em relação a agricultura, educação e saúde para o município de Rio Bonito do Iguaçu.....	49
Tabela 4 - Despesa total orçamentária em relação a agricultura, educação e saúde para o município de Saudade do Iguaçu.....	50
Tabela 5 - Despesas na agricultura no município de Saudade do Iguaçu entre 2013 e 2022	52
Tabela 6 - Despesas com educação no município de Saudade do Iguaçu entre 2013 e 2022	55
Tabela 7 - Despesas na saúde no município de Saudade do Iguaçu entre 2013 e 2022	58
Tabela 8 - Despesas na agricultura no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 a 2022	61
Tabela 9 - Despesas na educação no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 e 2022	64
Tabela 10 - Despesas na área da saúde no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 e 2022	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CGHs	Centrais Geradoras Hidrelétricas
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentarias
LOA	Lei Orçamentaria Anual
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Lei do Plano Plurianual
SIN	Sistema Interligado Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UHEs	Usinas Hidrelétricas de Grande Porte
UHSS	Usina Hidrelétrica de Salto Santiago

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	19
1.1.1	Objetivo geral	19
1.1.2	Objetivos específicos	19
1.1.3	Justificativa	20
2	REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1	SOBRE O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
2.2	AS USINAS HIDRELÉTRICAS	27
2.3	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO MUNICIPAL	31
2.4	OS MUNICÍPIOS DE RIO BONITO DO IGUAÇU E SAUDADE DO IGUAÇU E A USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO	36
3	METODOLOGIA	39
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	39
3.2	UNIDADES DE ESTUDO	41
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	41
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	45
4	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA UHSS E ALOCAÇÃO DE DESPESAS EM SAUDADE DO IGUAÇU E RIO BONITO DO IGUAÇU .	46
4.1	DESPESAS EM SAUDADES DO IGUAÇU COM AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	51
4.2	DESPESAS EM RIO BONITO DO IGUAÇU COM AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Giroto (2019) o desenvolvimento de qualquer país passa pela exploração dos seus recursos naturais para a produção de energia elétrica, produto indispensável para acionar, o processo produtivo e de consumo na sociedade moderna.

No Brasil, em condição de país em desenvolvimento, assim como os demais da América do Sul, observa-se um histórico do aproveitamento da água diferente da ocorrida nos países desenvolvidos. Após a segunda guerra mundial, ocorreram grandes desenvolvimentos e a construção de muitas obras hidráulicas, principalmente para a geração de energia elétrica. Nessa época, países em desenvolvimento como o Brasil, ainda estavam na fase de inventar os seus recursos, com fins de desenvolver a construção de obras hidráulicas (TUCCI et al, 2003).

As características geográficas e o potencial hidráulico que a América do Sul dispõe, tem sido fundamentais para o desenvolvimento e expansão da matriz energética de vários países da região. A exploração desse tipo de ativo natural se reflete nos diversos projetos hidrelétricos, reconhecidos mundialmente, que foram lançados a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais. No entanto, a construção desse tipo de infraestrutura traz modificações nos locais onde essa energia é consumida, bem como na região onde esses projetos são estabelecidos, modificações que são refletidas no ambiente social, econômico e ambiental da região (MORAN, 2019). Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Brasil tem em operação 219 usinas hidrelétricas de grande porte (UHEs), além de 425 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e 739 centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), que, em 2021, respondiam por 62,48% da potência instalada de energia do país e 67% de toda a eletricidade gerada.

Ao comparar os países desenvolvidos, o Brasil esteve defasado no que diz respeito ao uso racional dos recursos naturais, principalmente a água. Desde 1940 já existiam investimentos em grandes empreendimentos hidrelétricos. Porém, somente nas décadas de 70 e 80 que os maiores empreendimentos iniciaram operação. A partir disso precedeu a eminência de legislação ambiental no Brasil, que se destacou a partir de 1980 (SILVA,2007).

A pressão da sociedade organizada e das comunidades afetadas, principalmente nos municípios que tiveram áreas inundadas pelos reservatórios das hidrelétricas, fez com que o Estado brasileiro introduzisse na Constituição da República de 1988 o instituto da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). Trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, um encargo setorial presente no custo da energia elétrica, constitucionalmente destinado para ressarcir os prejuízos causados ao Município, ao Estado e à União pela exploração de um recurso natural (PACHECO, 2015).

Inicialmente, a CFURH foi idealizada para compensar a inundação das áreas atingidas pela formação dos reservatórios e indenizar pela não arrecadação de potenciais impostos e demais vantagens daquelas áreas que passavam a ter uma nova destinação, ou seja, ficavam vinculadas à produção de energia. Contudo, a compensação tornou-se uma importante fonte de arrecadação financeira. As usinas que utilizam os recursos hídricos para a produção de energia precisam fazer o pagamento de ressarcimento através da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, mais conhecida como compensação financeira.

A Compensação Financeira pode ser definida como instrumento de política econômica, utilizada na minimização da externalidade negativa provocada pela extração dos recursos naturais. Também são considerados mecanismos de compensação pela escassez, na expectativa de garantir o atual benefício da exploração do recurso natural para gerações futuras. (JUNIOR, 2007).

Partindo desses pressupostos a compensação financeira, de modo geral, constitui uma quantia paga por uma entidade ou organização a um proprietário pelo direito de uso dos recursos, ele pode ser pago tanto para a iniciativa privada, quanto para o governo. É um instrumento jurídico para garantir vantagens ao proprietário dos recursos.

A compensação financeira para o governo geralmente é proveniente da extração de recursos naturais, sendo esses propriedade do governo, ou seja, a ideia central é de que o Estado receba um retorno por permitir que empresas privadas lucrem com seus recursos, e de certa forma garantir compensações por gerar possíveis danos, sejam eles ambientais ou sociais. Assim, estes recursos ao ingressarem nos cofres públicos passam a fazer parte do orçamento.

Segundo o Portal da Transparência (2023) o orçamento público é um instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos, sejam eles impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes.

Uma vez que o orçamento detalha as receitas e despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo: o investimento na construção de escolas, a verba para transporte e o gasto com a saúde. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública.

Segundo Cardoso Jr (2011), a relação entre o planejamento governamental e a gestão pública do Brasil, teve seu percurso iniciado a partir do século XX, além disso, só passou a ser implementado a partir do CF/88, particularmente frente ao que se chamou de a primazia da gestão pública gerencialista no país, fenômeno que segue em implementação – lenta, gradual e segura – ao menos desde 1995.

De acordo com a Constituição Federal (1988), os poderes dos municípios foram enfatizados e sua situação tributária melhorou em relação ao período anterior. A partir disso os orçamentos municipais se tornaram importantes e torna-se a lei pela qual os municípios começaram a desenvolver seus programas de investimento e serviços.

O processo de planejamento envolve várias etapas, porém três delas se destacam: a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas leis é proposta pelo Poder Executivo, a partir de objetivos específicos, e depende da aprovação prévia que os deputados, senadores, vereadores eleitos como nossos representantes influenciem o orçamento, adequando as leis às necessidades mais críticas da população que representam.

Em relação aos processos de planejamento citados acima, o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de amplo alcance, cuja finalidade é estabelecer os programas e as metas governamentais de longo prazo. Atualmente sua vigência é de quatro anos e uma das suas características é a regionalização, pois serve de instrumento para diminuir as desigualdades entre as diferentes regiões. Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento intermediário entre o PPA e a LOA, que antecipa as diretrizes, as prioridades de gastos, as normas e os

parâmetros que devem orientar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício seguinte. E, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o plano de trabalho para o exercício a que se refere, expresso por um conjunto de ações a realizar, com fim de atender às demandas da sociedade e indicar os recursos necessários à sua execução (MPPI, 2023).

Os municípios buscam instituir mecanismos na lei orçamentária para que os valores aprovados não sejam afetados pela inflação, quando indicam as obras e serviços que se pretendem realizar, a Lei Orçamentária, também conhecida como Orçamento Programa, constitui um principal instrumento de planejamento. Ao se elaborar o Orçamento Municipal as obras e serviços a serem realizados são programados em forma de projetos e atividades para os diversos órgãos da administração. No Orçamento os projetos e as atividades são os títulos das ações que cada órgão desenvolverá para dimensionar no período de um ano a destinação de recursos financeiros materiais e humanos para sua execução. (RIZZOTI, 1999)

Neste contexto, o objetivo deste estudo, é analisar a contribuição da compensação financeira, oriundos da usina hidrelétrica de Salto Santiago, para o orçamento público dos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu no estado do Paraná, buscando analisar se houve influência (acréscimo ou redução) nos recursos destinados para os setores da saúde, educação e agricultura.

Há estudos, como os de Diaz (2019) que buscam contextualizar a distribuição da compensação financeira de grandes hidrelétricas brasileiras voltadas para o município. No Paraná de um total de 15 usinas instaladas oito estão dentro de municípios do TC Cantuquiriguaçu e sete em municípios vizinhos. Essas usinas têm grande impacto nos municípios do território e no estado do Paraná pela capacidade de produção de energia elétrica. (KRAJEVSKI, 2018). No quadro 1 estão apresentadas as usinas em funcionamento nos municípios da região.

Quadro 1 - Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu

Usina	Município (s)	Rio
Gov. Bento Munhoz da Rocha (Foz do Areia)	Guarapuava, Mangueirinha e Pinhão	Iguaçu
Salto Osório	Quedas do Iguaçu	Iguaçu
Salto Santiago	Saudade do Iguaçu ¹	Iguaçu
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Guarapuava, Mangueirinha e Pinhão	Iguaçu
Barra	Candói	Jordão
Fundão	Foz do Jordão e Pinhão	Jordão
Santa Clara	Candói e Pinhão	Jordão
Salto Curucaca	Candói e Guarapuava	Jordão

Fonte: Krajevski (2018)

Entretanto, na região em que está inserida a Universidade Federal da Fronteira Sul os estudos que tangem à Usina de Salto Santiago estão relacionados a implementação da mesma ou estudos relacionados a biodiversidade de espécies de peixes que permeiam o rio, ou questões de impactos ambientais. Já relacionado ao tema em questão, no que tange aos assuntos referentes aos orçamentos, impactos na receita e em suas despesas, é praticamente nula a realização de estudos, foram procurados no periódico Capes com o tema “compensação financeira AND hidrelétricas”, e compensações financeiras AND recursos hídricos” e até mesmo “compensações financeiras AND orçamentos municipais” que resultou ao total uma quantia de 19 publicações, nos quais em geral os assuntos eram relacionados a compensação financeira de outros estados e os impactos no desenvolvimento dos municípios, ou relacionado a distribuição de royalties por parte da Itaipu Binacional, e publicações relacionadas a questões de impactos ambientais. Porém sabe-se que a Usina faz repasses por meio das compensações financeiras pela utilização dos recursos hídricos aos municípios de Saudade do Iguaçu/PR e Rio Bonito do Iguaçu/PR.

¹ Apesar do município Saudade do Iguaçu não integrar o Território Cantuquiriguaçu, alguns municípios que integram o TC tiveram áreas alagadas em virtude da construção desta Usina, (KRAJEVSKI, 2018). Além de ter grande relevância para o estudo em questão.

Em relação à compensação financeira, segundo Silva (2007), um ponto relevante é que ela está efetivamente implementada desde 1991; enquanto outros tributos, como a cobrança pelo uso da água pelos Comitês de Bacia estão dando seus primeiros passos. Além disso, no Brasil, a Compensação Financeira foi recolhida por 152 usinas hidrelétricas, que pagam anualmente um montante em torno de R\$1,1 bilhão. Uma vez dos quais R\$ 440 milhões foram destinados para os municípios, em média 626 municípios.

Neste contexto, a pesquisa aqui desenvolvida se guiou pelo seguinte questionamento: Como evoluíram os gastos em saúde, educação e agricultura nos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu a partir dos recursos da compensação financeira oriundos da Usina Hidroelétrica Salto Santiago?

1.1 OBJETIVOS

Para que o problema de pesquisa possa ser respondido, seguem os objetivos gerais e específicos deste trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar comparativamente a evolução dos gastos públicos em agricultura, educação e saúde nos orçamentos dos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, a partir da compensação financeira, oriundos da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e ver se ambos oscilam juntos.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar os municípios de Saudades do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago;

- b) Identificar a evolução dos recursos orçamentários nos municípios estudados a partir do recebimento de compensação financeira oriundos da instalação da Usina Salto Santiago;
- c) Analisar comparativamente, nos orçamentos municipais, se houve influência a partir dos recursos destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde em relação ao recebimento da compensação financeira.

1.1.3 Justificativa

A justificativa para a realização do presente estudo é entender como evoluiu o orçamento municipal a partir do recebimento de compensação financeira da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e se o maior volume de recursos permitiu elevar gastos nas áreas da saúde, educação e agricultura. Como dito anteriormente, as Usinas Hidrelétricas pagam compensações financeiras pela utilização dos recursos hídricos, para a geração de energia elétrica, esses recursos arrecadados são distribuídos aos estados e municípios e podem ser aplicados em saúde, educação e segurança (e outros setores). Outro ponto a ser ressaltado é que a compensação financeira consta da Constituição Federal de 1988 (Art. 20, § 1º) e foi criada pela Lei 7990, de 28 de dezembro de 1989. Outras leis, decretos e resoluções também estabelecem normas e diretrizes para a compensação financeira. (ANNEL,2007).

Desse modo, entender como ocorre esse repasse, e como se dá a distribuição em municípios vizinhos constitui uma curiosidade em assuntos relacionados a comunidade onde vivem, foi o que ocorreu com a autora do presente estudo pois, há pouco tempo desconhecia o termo compensação financeira, assim, bem como, que municípios da região recebiam tais valores. Outro fator, é que esse estudo poderá ser usado como fonte de consulta para a comunidade acadêmica que poderá obter informações relacionadas aos orçamentos municipais e desenvolvimento regional.

Muitos residentes desconhecem esse repasse e, conseqüentemente, não sabem em qual lugar é empregado o recurso. A partir desse entendimento ter um acompanhamento contribuirá para fiscalizar o uso do dinheiro público e com isso uma melhoria da gestão pública. Segundo Silva (2007) a receita que é gerada a partir da compensação financeira deveria ser aplicada no fomento ao desenvolvimento sócio-ambiental da região e na adequação da estrutura social e econômica local às novas

condições impostas pela construção da usina hidrelétrica. Desse modo entender como é distribuído esse repasse, não somente para o meio acadêmico, mas para a sociedade de modo geral, proporciona que se tenha mais fiscalização e que a população seja mais ativa e com isso, possa cobrar melhorias contínuas.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira, para dar conta do que se propõem. Primeiramente está constituída desta introdução, do capítulo dois que traz a revisão de literatura que aborda a questão do crescimento ao desenvolvimento regional, no qual traz a definição de alguns autores sobre o tema, aborda também da construção das hidrelétricas e seu desenvolvimento regional, após sobre os compensação financeira e o orçamento municipal e em sequência sobre o município e a usina hidrelétrica. No capítulo 3 está a metodologia utilizada para a pesquisa, após trazendo em tabelas e gráficos os resultados obtidos na pesquisa, por fim as considerações finais e as referências utilizadas para a realização desta pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesse tópico, será apresentado o referencial teórico, sendo realizada uma contextualização teórica sobre os assuntos que serão abordados no presente projeto de pesquisa.

2.1 SOBRE O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta seção se procura abordar alguns aspectos sobre como crescimento e desenvolvimento se interrelacionam. Autores como Sachs, Furtado, Schumpeter, Perroux trazem cada qual suas percepções e críticas quanto ao que seria cada um destes conceitos. O desenvolvimento econômico difere do crescimento econômico pelo fato de que enquanto este último está relacionado com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), da renda, da produção de bens e serviços o outro se refere à melhoria na qualidade de vida, na distribuição da renda, nos indicadores socioeconômicos, dentre outros (FURTADO, 1961; OLIVEIRA, 2017).

Furtado (1979) irá afirmar também, que o desenvolvimento econômico deve estar unido ao aspecto social, pois o desenvolvimento passará pela compreensão e mudança estrutural na realidade social. Para Schumpeter (1982) o desenvolvimento econômico é impulsionado pela inovação baseada na organização produtiva, sendo que os elementos que são fundamentais para o desenvolvimento se constituem em novas formas de produção, de uma combinação de insumos, e de melhoria na qualidade. Perroux (1987) traz outra análise sobre o desenvolvimento, no qual, este é um processo caracterizado por mudanças sociais e mentais da população e seu produto global, o que pode-se dizer é que enquanto o crescimento econômico pressupõe aumento do produto global, o desenvolvimento econômico é visto como um processo e é possível fazer uma mensuração. Sachs (2007), por sua vez aponta que o debate sobre o desenvolvimento vem sendo travado há algumas décadas, mas recentemente se intensificou, muitas vezes de maneira estimulante, com as drásticas mudanças políticas que o mundo tem sofrido, e o forte acirramento das tensões sociais.

Para Furtado (1980), o desenvolvimento econômico pode ser entendido em dois sentidos distintos, o primeiro está relacionado a evolução de um sistema social de produção à medida que, há uma acumulação e um progresso das técnicas, ou seja, quando eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. Já o segundo sentido faz referência ao conceito de desenvolvimento relacionando-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. Para este autor, os conceitos que permeiam as discussões podem adquirir duas dimensões básicas. A primeira está relacionada com o desenvolvimento e a evolução do sistema social, e o crescimento ligado a acumulação e em relação ao progresso das técnicas de produção. Já a segunda dimensão faz uma relação com o desenvolvimento comparado ao grau de satisfação da humanidade.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 2002, p. 205).

Sob uma percepção mais ampla acerca do termo desenvolvimento regional, considera-se que nos processo endógenos são os atores da própria localidade que, ao adotarem estratégias, a partir do potencial desenvolvimentista existente em seu território, no qual controlam o processo de transformação local visando aumentar o bem estar da comunidade da qual fazem parte, o que levaria a percepção de que o conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais regionais constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de uma comunidade territorialmente localizada (VÁZQUEZ, 2001; XAVIER et al, 2013).

Quanto à abordagem do desenvolvimento regional brasileiro este tem suas raízes pautadas no processo de desigualdades. A evolução das regiões em diferentes dinâmicas econômicas e a capacidade de diversificação de sua base produtiva é um dos fatores. Além das diferenças quanto ao desenvolvimento econômico das regiões e sub-regiões, elas impactam em um cenário desigual em outros aspectos, como nas relações de trabalho e de condições de vida da população (GUIMARÃES NETO, 1997).

Para Bacelar (2019), o desenvolvimento, que substituiu a noção de progresso, se associou a uma transformação liderada pelos países que jamais foram colônia, mas que organizaram o modelo colonial. Esses países acumularam riqueza e poder e lideraram a última revolução industrial. O Brasil entrou nesse processo como colônia, no século XVI, exercendo o papel de fornecedor de bens primários para exportação durante séculos. Se não bastasse, tornou-se, também, herdeiro da escravidão. O Brasil, portanto, veio de outro processo, diferente do processo dos países que lideraram a revolução industrial e a política de desenvolvimento regional precisa ter entre seus objetivos fundamentais a

questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência (ARAÚJO, 1999, p. 23) [grifo da autora].

Por volta da metade do século XX predominava o modelo de crescimento econômico clássico, no qual o crescimento era originário da acumulação de capital, em que, neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional se confundia com a de desenvolvimento nacional. Os problemas regionais aos quais se referiam seriam as manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção, desse modo, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões asseguraria o desenvolvimento (BASTOS, 2005).

Para Theis (2020), de uma maneira mais convencional, o desenvolvimento regional é o aumento da capacidade produtiva de uma dada região, que conduz a um maior bem-estar material para todos os que nela vivem, mesmo nas regiões mais desenvolvidas no qual os habitantes desfrutam de bem-estar material mais elevado, ocorrerá um crescimento ainda maior das forças produtivas utilizadas.

A visão de que o desenvolvimento regional ocorre em etapas sucessivas, passando por diferentes fases econômicas e estruturais, é frequentemente associada à teoria do ciclo de vida do desenvolvimento regional. Essa teoria foi proposta por pesquisadores como François Perroux e Gunnar Myrdal. North contesta explicitamente a visão de que o desenvolvimento regional teria ocorrido em etapas sucessivas: i) economia de subsistência, autossuficiente e agrícola, de acordo com a distribuição dos recursos naturais; ii) desenvolvimento do comércio e da especialização local, viabilizados por melhorias nos transportes, e localização

determinada pela “camada básica” da população; iii) comercialização inter-regional e diversificação das atividades agropecuárias; iv) industrialização impulsionada pelo crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas e v) especialização em atividades terciárias para exportação (LIMA & SIMÕES, 2009).

Pessali (2010) traz a visão de North que contesta a relação do desenvolvimento regional e de que teria ocorrido em etapas sucessivas, pois segundo ele, essa perspectiva simplificada não refletiria a complexidade dos processos históricos e institucionais que moldam o desenvolvimento regional. Uma das principais críticas de North é que a abordagem em etapas não leva em consideração as diferenças institucionais e históricas entre as regiões. Ele enfatiza que as instituições desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e que cada região possui uma estrutura institucional única, moldada por sua história, cultura e contexto político. Ele destaca a importância das instituições informais, como normas, valores e tradições, que influenciam o comportamento humano e as interações sociais. Essas instituições informais podem variar amplamente entre as regiões, o que significa que o desenvolvimento regional não pode ser reduzido a um conjunto fixo de estágios lineares (PESSALI, et al, 2010).

Além disso, ressalta que as instituições formais, como leis, regulamentos e sistemas judiciais, também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional. Cada região possui suas próprias estruturas legais e governamentais, que podem facilitar ou dificultar o crescimento econômico e social. Portanto, ele argumenta que o desenvolvimento regional não segue um caminho linear predefinido, mas é influenciado por uma interação complexa entre fatores históricos, institucionais, culturais e políticos. É necessário levar em consideração a especificidade de cada região e suas instituições para compreender adequadamente os processos de desenvolvimento (PESSALI, et al, 2010).

Para Xavier (2013) o desenvolvimento regional não está apenas atrelado ao crescimento econômico, mas também aos fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, acompanhado da melhoria na qualidade de vida. Essas tais premissas podem ser salientadas por meio de análises que possibilitem a inclusão das alterações da composição da sociedade e da alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social

(pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS E GARCIA, 2002).

Theis (2019) argumenta que o desenvolvimento regional requer uma abordagem holística, considerando vários fatores que influenciam o crescimento econômico e social em uma determinada região. Ele destaca a importância de uma estratégia de desenvolvimento inclusiva, que envolve a participação de diversos atores, como governo, empresas, sociedade civil e academia. Ele também enfatiza a importância do capital humano e social no desenvolvimento regional, destaca a necessidade de investir em educação, capacitação profissional e no fortalecimento das redes sociais e de colaboração entre os agentes regionais. Além disso, argumenta que é essencial criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e à inovação, incentivando a criação de novas empresas e o desenvolvimento de setores estratégicos.

Outro aspecto percebido por Theis (2019) é a importância da sustentabilidade ambiental no desenvolvimento regional. Ele argumenta que é fundamental considerar os impactos ambientais das atividades incentivadas e promover práticas voltadas para preservar os recursos naturais e garantir a qualidade de vida das gerações futuras. Em resumo, ele defende uma abordagem abrangente e participativa para o desenvolvimento regional, enfatizando a importância da inclusão social, do capital humano e social, da inovação e do empreendedorismo, bem como da sustentabilidade ambiental. Suas contribuições têm como objetivo orientar a formulação de políticas e estratégias eficazes para apoiar o desenvolvimento sustentável em diferentes regiões.

No Brasil, os planos de governos desde 1945 apresentaram entre seus objetivos proposições para a redução de desigualdades socioeconômicas regionais. Apesar das tentativas os efeitos foram reduzidos e a diminuição das desigualdades regionais não ocorreu conforme os anseios dos Governos Federal, estaduais, municipais e da sociedade brasileira como um todo. Desta forma, as políticas adotadas para reduzir as desigualdades regionais no Brasil, ou ainda, promover o desenvolvimento de determinadas regiões, têm apresentado resultados insatisfatórios (KRAJEVSKI, 2018).

No processo endógeno de desenvolvimento regional, são os atores locais que adotam estratégias baseadas no potencial de desenvolvimento existente em seus

territórios e controlam o processo de transformação local para aumentar o bem-estar de suas comunidades (VÁZQUEZ, 2001). Isso levou à visão de que uma gama de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais regionais constituem o ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades.

O desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais. O que ocorre com o intuito de discutir questões que incluam alterações da composição da sociedade, sejam elas, as mudanças em sua infraestrutura, os investimentos e desenvolvimento local, dentre outros e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS E GARCIA, 2002). Partindo desse pressuposto, surge o tema da construção das hidrelétricas, como uma forma de gerar emprego, trazer recursos, e ainda uma “melhora” na distribuição destes, há também contribuição das usinas na geração de energia, necessária como um recurso essencial para a sociedade, seja na produção ou no consumo.

Segundo Giroto (2019), o desenvolvimento de qualquer país passa pela exploração dos seus recursos naturais para a produção de energia elétrica, desse modo, grandes projetos de investimentos como as usinas hidrelétricas, promovem significativas alterações no arranjo socioespacial, resultante da instalação da usina e consequente formação do seu reservatório. Essas mudanças podem ser observadas nas modificações do solo, dos recursos econômicos locais, e regionais, através dos impactos ambientais e, principalmente devido ao deslocamento forçado da população onde estão se instalando as usinas.

2.2 AS USINAS HIDRELÉTRICAS

Segundo o site Memória da Eletricidade (1988), as primeiras experiências práticas com energia elétrica no Brasil ocorreram ainda na época imperial, no início de 1879, D. Pedro II concedeu a Thomas Edison introduzir no Brasil a utilização da luz elétrica, porém, a disseminação do uso da energia elétrica só teve início de fato

nos últimos anos do século XIX, sob o regime republicano. A primeira utilização de energia hidrelétrica no país ocorreu em 1883, instalada no Ribeirão do Inferno, em Diamantina, Minas Gerais, foi instalada para geração de energia elétrica com a finalidade de movimentar duas bombas de desmonte hidráulico que, com os jatos de água revolviavam o terreno, rico em diamantes. Nesse período, entre 1880 e 1900 o aparecimento de pequenas usinas geradoras se deu basicamente para fornecimento de energia para serviços como mineração, beneficiamento de produtos agrícolas, fabricas, entre outros (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1988).

Silva (2007) traz um fato importante, que torna peculiar a energia elétrica do Brasil é a existência do sistema integrado hidrotérmico (energia hidrelétrica e térmica), com maior predominância de usina hidrelétricas, o Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse sistema é composto pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Desses, apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país se encontra fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

Silva et al (2011) traz que as atuais condições de oferta e demanda mundial de energia têm colocado cada vez mais em questão a capacidade de sustentabilidade dos recursos energéticos, e, sobretudo, de seus efeitos para o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, diversas políticas de caráter internacional e nacional têm direcionado recursos e estratégias – como incentivos à pesquisa e promoção de investimentos - para o desenvolvimento e a implementação de fontes de geração de energias renováveis. Sendo que, com base em diversos acordos elaborados entre as principais nações, atualmente existem inúmeros protocolos/compromissos para o meio ambiente, no sentido de diminuir as emissões poluentes e desenvolver fontes de energias mais eficientes.

Karpinski (2017) aborda sobre a política energética brasileira, propriamente dita, afirmando que na “era Vargas” o Estado passou a considerar a energia como uma prioridade política do governo nacional. A promulgação do Código das Águas em 1934 foi o início de uma profunda transformação do setor hidroenergético brasileiro que, até então, estava sob o domínio, quase que exclusivamente, de companhias estrangeiras. Desta forma, o Estado inicia um processo de centralização institucional do setor de energia, sendo o Código das Águas um coroamento desta intenção de estatizar o setor.

Com as construções das hidrelétricas acaba servindo de apoio ao processo de industrialização brasileira além da produção de energia elétrica, tornaram-se o meio de expansão de novas técnicas para a produção nacional, porém, os efeitos advindos dessa modernização trouxeram consigo problemas econômicos, sociais e ambientais (BORTOLETO, 2001).

No Brasil houve um rápido crescimento e fortalecimento do setor elétrico, com a criação da Eletricidade Brasileira (Eletrobrás), em 1962, no qual houve uma maior possibilidade de instalações de grande número de hidrelétricas, sem que se pensasse na amplitude de seus impactos no longo prazo. “Acreditava-se que os benéficos gerados por elas iriam se sobrepor aos pontos negativos estariam subordinados a um fator preponderante, a questão energética (BORTOLETO, 2001; SIGAUD, 1988).

O Código das Águas, especificamente, estabeleceu um postulado básico e inovador no regime jurídico do Brasil ao distinguir propriedade de solo e propriedade de quedas d’águas e outras fontes de energia hidráulica. Sendo assim, “ao caracterizar as quedas d’água como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontram, o Código consagrou o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos”. A partir de então, entidades foram criadas, concessões foram feitas e inúmeras hidrelétricas foram projetadas e construídas, trazendo com elas formas estatizadas de apropriação e uso da água. Os rios passaram a ser estudados, mapeados e avaliados para que, o maior número deles, pudesse obedecer a essa lógica de aproveitamento energético (KARPINSKI, 2017).

A instalação de grandes projetos hidrelétricos no Brasil pode ser entendida em termos de grandes projetos de investimento (GPI). O fracasso do modelo de planejamento regional criado nas décadas de 1950 e 1960, e consubstanciado no modelo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), levou ao surgimento de grandes projetos de investimento setoriais, que se tornaram um modelo típico de intervenção estatal na economia no período militar. A tônica do GPI é ativar os entornos de acordo com as necessidades de desenvolvimento econômico dos recursos territoriais (VAINER e ARAÚJO, 1993).

A construção de hidrelétricas, devido a sua abrangência, caracteriza-se como Grandes Projetos de Investimentos, por serem empreendimentos de grandes dimensões que movimentam montantes de dinheiros e recursos, como por exemplo mão de obra e infraestrutura, além de uma grande disponibilidade de recursos

naturais. A decisão da construção geralmente é favorecida pelo Estado, que tem papel decisivo na opção de implantação de um GPI bem como no financiamento.

De acordo com Vainer e Araújo (1993, p. 29), a definição da expressão Grandes Projetos de Investimento não é muito precisa, sendo usada para caracterizar aqueles projetos que movimentam "em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território". Dito de outro modo, o GPI destaca-se pela grande mobilização de elementos que fazem parte deste projeto.

A forte expansão do setor elétrico, capaz de atender ao projeto nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização, foi viabilizada a partir da atuação da estatal Eletrobrás, criada na década de 1960, a qual obedeceria ao planejamento regional aos moldes dos GPIs. À medida que a expansão do setor elétrico esgotava a possibilidade de aproveitamento dos recursos hídricos próximos aos principais centros de consumo, havia a necessidade de avançar a fronteira energética do país, com ênfase na região Norte, em que a produção de energia elétrica barata viabilizaria a transferência de indústrias eletrointensivas para o Brasil, com destaque para a mineração (WERNER, 2012).

De acordo com Cruz e Silva (2010), as usinas hidrelétricas estão cada vez mais sendo construídas no país, e cada vez mais o potencial hídrico é usado para a geração de energia elétrica, sendo esta considerada por alguns como sendo necessária e indispensável ao desenvolvimento do país. A energia elétrica é muito importante para a realização de diversas atividades e para o desenvolvimento de determinadas regiões e atividades. Seu uso em massa se deve principalmente ao fato de ser o único material com propriedades renováveis. No Brasil, esta forma de energia é predominante, respondendo por 60,5% da produção total de eletricidade (RELATÓRIO ONS/2022).

Vale ressaltar, como já dito anteriormente, que o Paraná possui 56 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), 30 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), além de 15 Usinas Hidrelétricas (UHE) (ANEEL, 2017). Atualmente, estão em fase de construção duas PCH e uma UHE, sendo que existem ainda quatro CGH, quatro UHE e dezesseis PCH já previstas, mas que ainda não tiveram a construção iniciada (ANEEL, 2017b). Um dos principais rios que contribuem para esta capacidade de geração é o Rio Iguaçu que permeia o Território Cantuquiriguaçu, no qual está instalada a Usina Salto Santiago (KRAJEVSKI, 2018).

2.3 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO MUNICIPAL

A partir desse ponto será abordado além da compensação financeira e orçamento municipal os termos corretos a ser utilizados. Muito se questionam sobre se o correto é “royalties” ou “compensação financeira” embora para alguns seja algo igual, na realidade se trata de repasses diferentes. Os royalties são a compensação financeira devida pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é um empreendimento binacional entre Brasil e Uruguai pela utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a geração de energia, desde sua criação e sua forma de cálculo difere da compensação financeira. (ANNEL,2007).

A Compensação Financeira consta na Constituição Federal de 1988 (Art. 20, § 1º) e foi criada pela Lei 7990, de 28 de dezembro de 1989. Outras leis, decretos e resoluções também estabelecem normas e diretrizes para a compensação financeira, segundo a constituição de 1988, a lei determina que organizações que exploram as riquezas naturais são obrigadas a pagar compensações financeiras aos diferentes níveis da organização territorial.

Segundo ANNEL, 2007 a Compensação Financeira é um pagamento feito pelas usinas hidrelétricas pelo uso da água dos rios para a geração de energia elétrica. Os recursos que são arrecadados são distribuídos aos estados e municípios e podem ser aplicados em saúde, educação e segurança (e outros setores). Esse recurso é repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base no cálculo feito pela ANNEL, no prazo médio de 10 dias após o pagamento feito pelas geradoras. Vale ressaltar que os recursos da compensação financeira não são recolhidos nem distribuídos pela ANNEL.

Para saber o cálculo do valor total a ser pago pela geradora, segue a seguinte fórmula:

$$\text{ENERGIA GERADA} \times \text{TAR} \times 6,75\%$$

Em que:

Energia gerada é a energia produzida no mês

TAR é a Tarifa Atualizada de Referência (TAR) em MWh

6,75% é o percentual estabelecido em lei

(ANNEL, 2007).

Outro fato relevante é que o rateio da quantia destinada a cada município obedece a dois critérios, o primeiro sendo o repasse por ganho de energia conforme a regularização de vazão do rio e o segundo por conta da proporção de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas. Além de que a Lei A Lei nº 7990/89, que criou a compensação financeira, proíbe a aplicação de recursos no abatimento de dívidas (a não ser que o credor seja a União e suas entidades) e no pagamento do quadro permanente de pessoal. Em 2001, com a Lei nº 10.195, passou a ser permitido o uso dos recursos para a capitalização dos fundos de previdência dos estados e municípios. (ANNEL,2007). Abaixo encontra-se a fundamentação legal da compensação financeira.

Quadro 2 - Fundamentação Legal da Compensação Financeira

Embasamento legal	“Caput”
Constituição Federal de 1988 (art. 20 § 1º)	Assegura à União, aos Estados, ao DF e aos municípios a participação no resultado financeiro da exploração de recursos hídricos.
Lei nº 7990/89, de 28 de dezembro de 1989	Institui a compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos.
Lei nº 8001/90, de 13 de março de 1990	Define percentuais de distribuição da compensação financeira.
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000	Cria a Agência Nacional de Águas (ANA) e institui o percentual de 0,75% a título de compensação pelo uso da água, a ser aplicado para implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000	Destina recursos da CFURH para o setor de ciência e tecnologia, via Ministério de Ciência e Tecnologia e institui juros de mora e multa por atraso de pagamento pelas concessionárias.
Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000	Destina recursos da CFURH para o setor de ciência e tecnologia, via Ministério de Ciência e Tecnologia e institui juros de mora e multa por atraso de pagamento pelas concessionárias.
Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991	Regulamenta o pagamento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ao Governo Brasileiro.
Decreto nº 3739, de 31 de janeiro de 2001	Regulamenta a Tarifa Atualizada de Referência (TAR) para cálculo da compensação financeira
Resolução Aneel nº 88, de 22 de março de 2002	Estabelece a metodologia para rateio da compensação financeira.

Fonte: Adaptada ANNEL, 2007

Entre as diferentes fontes de energia explorada, a energia hídrica tornou-se uma das principais fontes de crescimento econômico em vários países, devido às vantagens econômicas nos custos operacionais, sua capacidade de renovação e menor impacto ambiental em comparação com fontes de energia tradicionais, como gás e petróleo (GIROTTI, 2019).

De acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o valor recolhido é distribuído pela ANEEL, conforme estabelecido na Lei nº 8.001/1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00, nº 9.993/00, nº 13.360/16 e nº 13.661/18, em que:

- 0,75% do valor da energia produzida pela concessionária (aproximadamente 10,71% do valor recolhido pela ANEEL) é repassado ao Ministério do Meio

Ambiente (MMA)² para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

- 6,25% do valor da energia produzida pela concessionária (aproximadamente 89,29% do valor recolhido pela ANEEL) é repassado nas seguintes proporções 65% aos municípios com reservatórios das usinas hidrelétricas, conforme o percentual da área inundada e o coeficiente de repasse por regularização a montante;
- 25% aos estados em que estão instalados os reservatórios dessas usinas, conforme as somas dos recursos dedicados aos seus municípios (ao Distrito Federal o montante corresponderá às parcelas de estado e de município);
- 10% à União, divididos entre o Ministério de Meio Ambiente (3%); o Ministério de Minas e Energia (3%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Visando garantir compensações aos estados e aos municípios afetados por usinas hidrelétricas, foi instituída pelo artigo 20, da Constituição Federal de 1988, a Compensação Financeira pela utilização dos recursos para a geração de energia elétrica:

“É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração (...) de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica (...) ou compensação financeira por essa exploração.” BRASIL. [Constituição (1988, art. 20)].

A Compensação Financeira, em função de suas características, pode ser entendida como um instrumento econômico de gestão ambiental. Isso porque ao passo que o recolhimento da Compensação Financeira se configura como um pagamento pelo uso do recurso natural, a destinação dos montantes arrecadados para os estados e municípios atingidos visa garantir recursos para que se minimizem

² * Percentuais destinados ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, que sucedeu o Ministério do Meio Ambiente – MMA na destinação de recursos da CFURH e dos Compensação financeira de Itaipu e como ministério a que a Agência Nacional de Águas – ANA está vinculada (Lei 13.844/2019). A cota destinada ao MDR será empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional (Lei 8.001/1990, alterada pela Lei 13.844/2019). Compete à ANA, criada pela Lei 9.984/ 2000, implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Decreto 7.402/ 2010).

as externalidades negativas decorrentes da implantação e operação de uma usina hidrelétrica (SILVA,2007).

No que diz respeito aos empreendimentos hidrelétricos Fabricio Stroher da Silva (2017), avalia como a tendência futura de produção considerando as alterações em regime de chuva e clima. Essas alterações nas condições climáticas e o regime de chuvas afetam a produção de energia elétrica por meio dos empreendimentos hidrelétricos, e estas variações afetam diretamente no preço da energia, ocasionando em variações para mais e para menos (ANDRADE, 2015).

De acordo com Vainer (1993), ele aborda sobre a Resolução CONAMA que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, no qual foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) de 17/02/1986, em que define o impacto ambiental no artigo 1º onde aborda que:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II-as atividades sociais e econômicas; III-a biota; IV-as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- a qualidade dos recursos ambientais. (VAINER, 1993, p. 188).

A construção das usinas hidrelétricas, faz com que se tenha muitas consequências negativas para as regiões atingidas. Exemplos disso são famílias de agricultores expulsas para as cidades, abandonando as atividades agrícolas; comunidades inteiras destruídas; propriedades rurais desestruturadas e pequenos estabelecimentos comerciais inviabilizados pela perda de seus consumidores. (MENDES, 2005).

Como dito anteriormente, a construção das usinas gera muitas consequências negativas, mas, em contrapartida os municípios recebem os repasses, devido ao uso. Desse modo averiguar onde os recursos são empregados por cada município estudado fará com que se tenha uma maior percepção ou controle se o que é recebido está sendo usado de forma “correta” nos setores em que foram estudados, ou seja, na educação, saúde e agricultura.

2.4 OS MUNICÍPIOS DE RIO BONITO DO IGUAÇU E SAUDADE DO IGUAÇU E A USINA HIDRELÉTRICA SALTO SANTIAGO

Na região do Paraná existe uma quantia considerável, de um total de 15 usinas instaladas no território ou no entorno, oito estão dentro de municípios do TC Cantuquiriguaçu e sete em municípios circunvizinhos. Essas usinas têm grande impacto nos municípios do território e no estado do Paraná pela capacidade de produção de energia elétrica (KRAJEVSKI, 2018).

A escolha dos municípios estudados se dá pela localidade da Usina de Salto Santiago, que consideravelmente está bem próxima de Laranjeiras do Sul – PR no qual a autora do presente estudo reside bem como, os municípios que recebem esse repasse que são Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu ambos localizados no Paraná.

O município de Rio Bonito do Iguaçu localizado no Paraná, com base no Iperdes (2023) está instalado desde 01/01/1993 conta com uma área territorial de 681.406 km², segundo dados do IBGE (2023), possui uma população conforme último censo de 2022 de 13.929 pessoas, e com um PIB per capita conforme dados de 2020 de R\$30.762,64, e seu percentual de receitas oriundas de fontes externas com base nos anos de 2015 corresponde a 93,4%. Em relação aos estabelecimentos agropecuários o município tem 2.791 estabelecimentos sendo agricultura familiar, e 128 não familiar com número de pessoas ocupadas de 6.186 para o grupo familiar e 128 pessoas ocupando a não familiar. (CENSO AGROPECUARIO, 2017). A figura 1 mostrará a localização dos municípios, bem como da usina hidrelétrica de Salto Santiago.

Figura 1 - Mapa da localização da Usina de Salto Santiago e os Municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu



Fonte: Mapa Michelin, (2023).

Já o município de Saudade do Iguaçu também localizado no Paraná e onde a Usina está instalada, com base em dados do Iparde (2023) está instalado desde 01/01/1993 e conta com uma área territorial de 152.084 km², e com a população conforme último censo de 2022 de 6.108 pessoas. Em relação a sua economia, o município conta com um PIB per capita de R\$ 125.803,78 no ano de 2020, e seu percentual de receitas oriundas de fontes externas corresponde ao montante de 89,8% em relação ao ano de 2015. Em relação aos estabelecimentos agropecuários o município tem 476 estabelecimentos sendo agricultura familiar, e 59 não familiar com uma média de pessoas ocupadas de 1.817 pessoas para o familiar e 45 pessoas ocupando a não familiar. (CENSO AGROPECUARIO, 2017).

Segundo dados da Engie (2007) a Usina Hidrelétrica Salto Santiago situa-se no curso médio do rio Iguaçu, no Estado do Paraná, a 340km a oeste de Curitiba, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu, a jusante da Usina Hidrelétrica Segredo e a montante da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

Entrou em operação em 1980 e tem uma capacidade instalada de 1.420 mW. Pertencia à estatal Eletrosul Centrais Elétricas S.A até 1997, mas durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi privatizada juntamente com todo o parque gerador da Eletrosul. O parque gerador era composto por 5 usinas

termelétricas, 3 usinas hidrelétricas e duas usinas hidrelétricas em construção. Era a maior usina da Eletrosul e é uma das maiores usinas hidrelétricas do sul do Brasil.

O reservatório ocupa parte do território de oito municípios, sendo cinco na margem direita; Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Candói e Foz do Jordão (região centroeste), e três na margem esquerda; Saudade do Iguaçu, Chopinzinho e Mangueirinha (região sudoeste). Vale ressaltar que sua concessão é válida até 2028. (ENGIE, 2007).

3 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2010) a metodologia busca mostrar como foi construído o trabalho científico, demonstrando passo a passo o caminho para se chegar nos resultados planejados. Além disso, esse trabalho de conclusão de curso é uma monografia, consistindo em um estudo a respeito de um tema específico, seguindo um método rigoroso e com etapas claras.

Gil (2008) destaca também que método pode ser definido como o caminho a ser seguido para se chegar a um determinado fim. Para o autor existem vários métodos e diversas classificações podem ser adotadas.

Para Marconi e Lakatos (2003) o método é um conjunto de ações adotadas de modo racional e sistemático, em direção a um propósito. A seguir os subtítulos referem-se ao delineamento das etapas da pesquisa, a unidade do estudo que são os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu localizados no Paraná, após serão abordados os procedimentos de coleta e análise de dados, e por fim as limitações da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Gil (2010) o delineamento da pesquisa é o planejamento de forma mais ampla, envolvendo a diagramação, previsão de análise e interpretação de dados. O delineamento considera o ambiente e as formas de controle de como os dados serão coletados. As preocupações teóricas deixam lugar para os problemas práticos de verificação. O pesquisador aplica os métodos e técnicas de investigação.

O presente estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, afim de atingir os objetivos específicos propostos, visto que segundo Prodanov e Freitas (2013) na pesquisa descritiva não há interferência do pesquisador nos dados observados, ou seja, “visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS,2013,p.52)

A fundamentação teórica deste estudo foi construída através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando autores que abordam o tema tratado, que foram: orçamentos

públicos, repasses financeiros, compensação financeira orçamento municipal e agricultura, orçamento municipal e educação, orçamento municipal e saúde. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica se constitui em uma pesquisa secundária, através do levantamento das obras já publicadas sobre o tema, seja em forma de livros, artigos, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Assim, sua finalidade é "colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto" (IDEM, p. 42-43).

Em relação aos objetivos específicos, de modo geral, foram contemplados nesta análise, através de pesquisa bibliográfica com levantamento de informações junto aos autores ligados ao tema de orçamentos municipais, sendo publicações avulsas, artigos, sobre a Usina Hidrelétrica, repasses financeiros, compensação financeira, nos portais de transparência do município.

Gil (2008) menciona que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Desse modo o tema alvo da pesquisa, bem como seus objetivos é caracterizado como descritivo.

O estudo foi desenvolvido tendo como foco os dois municípios supracitados em relação à Usina Salto Santiago, por este motivo, consideramos que se trata de um estudo de casos, que segundo Yin (2001) pode ser restrito a uma ou a várias unidades, caracterizando-o como único ou múltiplo. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p. 33).

Para Triviños (1987, p.136), nos estudos de multicasos não existe "[...] necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa, o pesquisador pode ter a possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos, organizações etc.". Esses estudos visam analisar um objeto de estudo de maneira singular, mesmo que, posteriormente, tenham sido observadas semelhanças com outros casos, retratando a realidade de

forma completa e profunda. Segundo Boyd & Westfall (1987), o estudo de multicasos tem se mostrado conveniente na identificação de três fatores:

- “fatores comuns a todos os casos no grupo escolhido;
- fatores não-comuns a todos, mas apenas a alguns subgrupos;
- fatores únicos em caso específico” (BOYD & WESTFALL, 1987, p. 73).

Yin (2001) relata que o passo inicial para organizar um estudo de multicasos é a definição da teoria ou a caracterização do problema. Depois, parte-se para a apresentação dos casos selecionados e para definições dos indicadores de análise. Estes são de grande importância para o processo de coleta de dados e o desenvolvimento da pesquisa, em que cada caso consiste em um estudo completo, com seus respectivos eventos relevantes e conclusões, apresentando, em determinadas situações, as causas pelas quais alguns fatos ocorreram e outros não.

Desse modo, a pesquisa consiste em um estudo de casos dos municípios de Saudades do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu a partir do recebimento de compensação financeira da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago.

3.2 UNIDADES DE ESTUDO

As unidades de estudo do presente tópico, serão os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago que estão caracterizados na seção 2.4.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa classifica-se como um estudo de caso. Para Gil (2008, p. 57-58), o “estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. O estudo em questão busca analisar como evoluiu o orçamento municipal a partir do recebimento de compensação financeira da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e se

o maior volume de recursos permitiu elevar gastos nas áreas da saúde, educação e agricultura para os municípios de Rio Bonito do Iguaçu – PR e Saudade do Iguaçu – PR. A natureza dos dados da pesquisa documental depende dos objetivos de quem está realizando o estudo. Os dados podem ser encontrados em entidades governamentais, órgãos de saúde, departamento de estudos estatísticos, ONGs etc.; (Gil, 2010).

O presente estudo, foi a respeito dos municípios bem como o recebimento dos repasses por parte da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, de acordo com o primeiro objetivo específico que se trata de caracterizar os municípios e a Usina, se tratou de um estudo bibliográfico e documental no qual, foram utilizados como base estudos já publicados a respeito dos municípios, fontes como IPARDES, IBGE, Censo Agropecuário, e, para a Usina a busca foi realizada e estudos já publicados sobre, sites, e no portal da Engie.

Para o segundo objetivo específico o levantamento de dados em relação as receitas oriundas da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago esta foi realizada através da coleta de dados secundários, para identificar as receitas provenientes da Usina em forma de compensação financeira. Em relação a este tema a ANNEL disponibiliza os valores repassados aos municípios, os quais foram coletados, afim de identificar no orçamento se tais valores repassados de fato coincidem com que o que a agência informa. Após foram feitas buscas no portal da transparência de ambos os municípios, porém, houve dificuldades em relação a localizar de fato qual foi o montante recebido de compensação financeira em determinado município, pois havia alterações de código de receita o que tornava confuso se de fato era o que estava sendo buscado. Efetuamos contato com o secretário de finanças do município, o qual sugeriu que acessássemos o portal do Tesouro Nacional³, esse local foi utilizada como base para obtenção dos dados das receitas, e para que algo ficasse igualitário, acabamos utilizando esta como a fonte principal sendo ali possível coletar os dados do período de 2013 a 2022.

Para as despesas, também utilizamos a coleta de dados secundários, através dos orçamentos públicos, no portal da transparência. No caso de Rio Bonito do Iguaçu, foi através da aba execução orçamentaria, após acesso ao anexo 7- Despesa por função/subfunção/programas por projetos e atividades, foram coletados dados para o

³ O Tesouro Nacional é utilizado como base para fazer os lançamentos das receitas nos orçamentos municipais, em seus portais da transparência.

período em questão. Com base nos dados do orçamento total, foram filtradas e extraídas as informações das áreas da agricultura, educação e saúde. Já para o município de Saudade do Iguaçu foi acessado o portal da transparência, aba despesas e selecionada a opção função, na qual, diferente de Rio Bonito pôde ser efetuado o filtro para as 3 áreas estudadas.

O método utilizado nesta pesquisa é qualitativo, no qual os dados coletados no portal da transparência e no tesouro nacional foram agrupados e ordenados em tabelas e gráficos, em cada município. Este procedimento permitiu analisar como evoluiu a alocação desses recursos nos orçamentos. Segundo Malhotra (2001, p.155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema,”. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

A seguir serão expostas, através de um quadro síntese, as principais metodologias utilizadas para contemplar cada um dos objetivos que permeiam o trabalho.

Quadro 3 - Síntese da metodologia utilizada na pesquisa, com base nos objetivos específicos

Objetivo Geral		
Analisar comparativamente a evolução dos gastos públicos em agricultura, educação e saúde nos orçamentos dos municípios de Saudade do Iguçu e Rio Bonito do Iguçu, a partir da compensação financeira, oriundos da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e ver se ambos oscilam juntos.		
Objetivos específicos		
Objetivo	Como será realizada a pesquisa	Como será a análise dos dados
1- Caracterizar os municípios de Saudades do Iguçu e Rio Bonito do Iguçu e a Usina Salto Santiago;	A pesquisa se caracteriza como documental, serão utilizadas variáveis como população, PIB per capita, através de base teórica do IPARDES, autores e IBGE.	Descrição das principais pesquisas, e dos dados localizados nas bases teóricas.
2- Identificar a evolução dos recursos orçamentários nos municípios estudados a partir do recebimento de compensação financeira oriundos da instalação da Usina Salto Santiago	A pesquisa se caracteriza como documental, serão utilizadas variáveis denominadas repasses financeiros, utilizando para medir essa variável os orçamentos municipais e de base teórica o Portal da Transparência.	A partir dos dados coletados serão apresentados com base em estatística descritiva, no qual serão aplicadas técnicas para resumir o conjunto de dados obtidos. Os dados serão apresentados em tabelas, gráficos e quadros
3- Analisar comparativamente, nos orçamentos municipais, se houve influência a partir dos recursos destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde em relação ao recebimento da compensação financeira.	A pesquisa nesse ponto será através dos dados e informações obtidas dos pontos acima.	Análise dos dados e sua interpretação através de resgatar os conhecimentos adquiridos ao longo da formulação do trabalho.

Fonte: elaborado pela autora, (2023).

O projeto em discussão, após realizar a coleta de dados no portal de transparência de cada município, buscou analisar como evoluiu o orçamento municipal a partir do recebimento de compensação financeira da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e se o volume de recursos permitiu elevar gastos nas áreas da saúde, educação e agricultura.

Os dados coletados são do período de 2013 a 2022 e para que fosse possível efetuar análises comparativas os valores nominais foram atualizados até dezembro de 2022. Este procedimento foi realizado com base no IPCA utilizando o site www.datax.net.br.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A dificuldade para a realização do presente estudo se dá pela falta de estudos anteriores a respeito dos repasses financeiros da Usina de Salto Santiago. Outro ponto é, como são dados públicos, ocorreu uma demora para o entendimento e localização das informações, o que dificultou o processo de pesquisa, muitas vezes tendo que ir atrás de pessoas terceiras para ajudar a entender e localizar. Ao mesmo tempo cabe destacar o valioso aprendizado obtido pelo percurso seguido.

Na presente pesquisa foi possível identificar o valor exato das compensações financeiras recebidos pelos municípios. Mas a forma como este recurso é gasto não está disponível no orçamento, pois não existe uma lei que obrigue os municípios a destinar uma quantia de valor a determinado setor. Com o presente estudo foi possível observar como se comportaram as despesas em agricultura, educação e saúde, pois, conforme houveram maiores arrecadações influenciaram nos gastos para as três áreas estudadas, e conforme houveram reduções ocorreram reduções para as três áreas também.

4 COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA UHSS E ALOCAÇÃO DE DESPESAS EM SAUDADE DO IGUAÇU E RIO BONITO DO IGUAÇU

Nesta seção serão apresentados os resultados que visam alcançar o segundo e terceiro objetivos específicos, que são: Identificar a evolução dos recursos orçamentários nos municípios estudados a partir do recebimento de compensação financeira oriundos da instalação da Usina Salto Santiago; e Analisar comparativamente, nos orçamentos municipais, se houve influência a partir dos recursos destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde em relação ao recebimento da compensação financeira. Vale ressaltar que a compensação financeira é um pagamento feito pelas usinas hidrelétricas pelo uso da água dos rios para a geração de energia elétrica. Os recursos arrecadados são distribuídos aos estados e municípios e podem ser aplicados em saúde, educação e segurança (e outros setores). Outro ponto a ser ressaltado é que a compensação financeira consta da Constituição Federal de 1988 (Art. 20, § 1º) e foi criada pela Lei 7990, de 28 de dezembro de 1989. Outras leis, decretos e resoluções também estabelecem normas e diretrizes para a compensação financeira. (ANNEE,2007).

Para alcançar o objetivo de identificar a evolução dos recursos orçamentários a partir do recebimento das compensações financeiras foram realizadas buscas no orçamento municipal dos municípios através do Portal da transparência e no Tesouro Nacional com a finalidade de identificar as receitas e suas despesas.

Em relação às receitas, foram coletados dados da ANEEL com valores e repasses para os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu para os anos de 2013 a 2022, nos quais foi possível identificar as receitas ano a ano. Para realizar o comparativo se os municípios receberam tais valores foram acessados o orçamento municipal e o Tesouro Nacional que corresponde ao órgão responsável em efetuar as transferências desses recursos aos entes federados nos prazos legalmente estabelecidos.

Para identificar as despesas, foram coletados dados específicos do orçamento municipal de cada município estudado, no qual foram obtidas as informações para os anos de 2013 a 2022 com suas despesas em programas principais. Na tabela 1 estão apresentadas as receitas que os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu receberam em seus orçamentos a partir do repasse do Tesouro Nacional. Os

valores estão apresentados de forma nominal e estão corrigidos para o ano 2022 com base no IPCA (datax.net.br, 2023).

Tabela 1 - Receita de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu oriunda da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago a partir dos repasses anuais das compensações financeiras (2013 a 2022).

Ano	Rio Bonito do Iguaçu		Saudade do Iguaçu	
	Valor nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Valor nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)
2013	4.530.325,88	7.757.946,62	1.515.636,82	2.595.448,95
2014	5.004.245,00	8.042.300,64	1.668.091,01	2.680.781,90
2015	4.595.255,35	6.684.712,61	1.499.366,76	2.181.127,08
2016	5.896.572,80	8.017.516,96	1.940.322,39	2.638.238,89
2017	4.168.187,45	5.512.873,96	1.383.618,09	1.829.982,99
2018	4.581.955,02	5.824.473,85	1.537.890,27	1.954.930,07
2019	5.115.617,84	6.296.648,46	1.680.232,54	2.068.143,86
2020	2.460.601,54	2.903.502,18	790.769,05	933.105,03
2021	3.237.234,91	3.449.502,71	1.043.066,44	1.111.461,05
2022	4.609.938,90	4.609.938,90	1.498.559,01	1.498.559,01
Total	44.199.934,69	59.099.416,89	14.557.552,38	19.491.778,83

Fonte: Adaptada Tesouro Nacional, (2023)

As informações disponíveis na tabela 1 permitem observar que nos dois municípios o volume das compensações apresenta momentos em que cresce, tais como no ano de 2016, mas no conjunto do período há redução no valor repassado. Se destaca o ano de 2020 no qual ocorre uma redução drástica, o que ocorreu, após ser aprovado o projeto de lei de conversão (PLV 26/2020) da Medida Provisória 938/2020 que fez com que ocorresse uma diminuição dos repasses federais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE) causada pela desaceleração econômica ocorrida desde março daquele ano, com o início da pandemia do coronavírus (AGÊNCIA SENADO, 2020).

O que é notório ao observar os dois municípios e suas receitas a partir do recebimento da compensação financeira é a disparidade entre eles, vale ressaltar que, existem os critérios para rateios dos valores. Segundo a cartilha da ANEEL, (2007) são dois, sendo eles, o repasse por ganho de energia conforme a regularização de

vazão do rio, e a proporção de área inundada por reservatórios de usinas hidrelétricas. Cabe destacar que no presente estudo não se buscou entender qual seria o critério estabelecido para cada município. Na tabela 2 encontra-se o percentual que os valores repassados via compensação financeira representam no orçamento dos municípios.

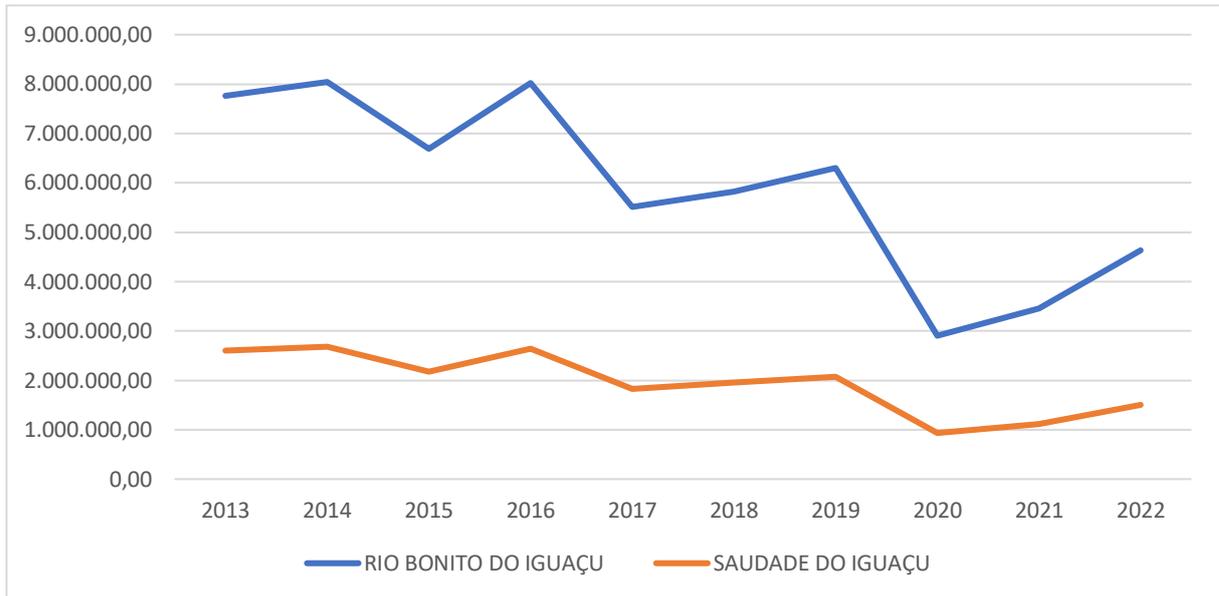
Tabela 2 – Percentual dos valores repassados e quanto representam no orçamento do município.

Rio Bonito do Iguaçu				Saudade do Iguaçu		
Ano	Orçamento total corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigido (R\$)	%	Orçamento total corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigido (R\$)	%
2013	54.577.537,23	7.757.946,62	14,21	45.597.296,16	2.595.448,95	5,69
2014	57.174.167,78	8.042.300,64	14,07	59.810.351,90	2.680.781,90	4,48
2015	52.312.831,27	6.684.712,61	12,78	150.457.685,68	2.181.127,08	1,45
2016	55.555.171,96	8.017.516,96	14,43	59.744.196,32	2.638.238,89	4,42
2017	54.062.816,21	5.512.873,96	10,20	56.493.858,09	1.829.982,99	3,24
2018	59.917.719,63	5.824.473,85	9,72	68.560.469,14	1.954.930,07	2,85
2019	54.820.219,37	6.296.648,46	11,49	75.603.051,68	2.068.143,86	2,74
2020	58.131.918,75	2.903.502,18	4,99	57.498.666,09	933.105,03	1,62
2021	54.277.779,57	3.449.502,71	6,36	51.236.467,86	1.111.461,05	2,17
2022	64.092.325,73	4.609.938,90	7,19	56.270.406,09	1.498.559,01	2,66

Fonte: Adaptada Tesouro Nacional; Orçamento Municipal, (2023).

Pode-se notar que em relação ao percentual e quanto representa na receita total os municípios se distinguem, Rio Bonito do Iguaçu conta com um percentual consideravelmente maior do que Saudade do Iguaçu que não é um grande volume, embora a Usina esteja instalada no município de Saudade do Iguaçu seu recebimento não é alto, o que se acredita é que ele pode se beneficiar de outros meios, podendo ser um deles o ICMS. No gráfico 1 encontra-se uma representação gráfica a respeito dos valores das compensações comparadas ano a ano para ambos os municípios.

Gráfico 1 - Receitas oriundas das compensações financeiras da UHSS e o municípios que os recebem, em valores corrigidos de 2013 a 2022.



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência (2023)

O gráfico 1 é apresentado para uma melhor visualização da evolução das duas variáveis, podendo ser observado que quando um município recebe menor repasses o outro acompanha também. Na tabela 3 encontra-se o percentual que as três despesas estudadas influenciam no orçamento do município estudado.

Tabela 3 - Despesa total orçamentária em relação a agricultura, educação e saúde para o município de Rio Bonito do Iguaçu.

Despesa orçamentária total Rio Bonito do Iguaçu			
Ano	Valor despesa total corrigido (R\$)	Valor agricultura, educação, saúde corrigido (R\$)	%
2013	45.175.465,43	29.773.175,69	65,91
2014	51.074.954,92	32.974.668,64	64,56
2015	50.360.327,97	35.727.273,37	70,94
2016	50.051.663,90	33.185.816,88	66,30
2017	46.711.963,31	30.760.659,46	65,85
2018	53.567.758,77	34.229.226,19	63,90
2019	49.917.695,69	32.174.954,66	64,46
2020	52.715.397,47	29.861.790,64	56,65
2021	48.078.513,59	28.367.667,08	59,00
2022	62.705.781,31	35.886.785,33	57,23

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência, (2023).

Os 3 (três) setores estudados são os que mais detém recursos, as despesas para os três setores representam uma média de 63,8% em relação ao orçamento total do município, mais que metade, isso deve-se a escolha dos setores em questão. A seguir na tabela 4 apresenta o percentual que as três despesas estudadas influenciam no orçamento do município de Saudade do Iguaçu.

Tabela 4 - Despesa total orçamentária em relação a agricultura, educação e saúde para o município de Saudade do Iguaçu.

Despesa orçamentária total Saudade do Iguaçu			
Ano	Valor despesa total corrigido (R\$)	Valor agricultura, educação, saúde corrigido (R\$)	%
2013	39.503.355,00	21.353.202,57	54,05
2014	52.217.686,27	26.432.274,16	50,62
2015	78.954.884,16	26.586.374,03	33,67
2016	65.178.590,59	31.558.730,31	48,42
2017	53.458.490,31	30.573.152,74	57,19
2018	57.255.976,45	33.510.665,96	58,53
2019	66.787.511,75	37.399.958,43	56,00
2020	60.383.032,24	30.213.272,02	50,04
2021	46.535.775,50	26.861.188,60	57,72
2022	61.986.529,81	38.768.860,55	62,54

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência, (2023).

Como pode ser observado na tabela acima, as despesas em agricultura, saúde e educação tem uma representação significativa quando analisado no orçamento total, correspondendo em média 52,8% do orçamento, como já dito, por isso se deu a escolha dos três setores.

Para análises comparativas, entre os dois municípios, vale ressaltar que, Rio Bonito do Iguaçu tem maior área territorial, maior população do que Saudade do Iguaçu, mas se ao ver os números o município de Saudade teve mais despesas no setor agricultura sendo o dobro, e para a saúde teve pouca diferença porém se sobressai, ficando atrás apenas do setor educação.

Por fim, o objetivo do presente estudo se propôs a analisar comparativamente a evolução dos gastos públicos em agricultura, educação e saúde nos orçamentos dos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, a partir da compensação

financeira, oriundos da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e ver se ambos oscilam juntos, buscando analisar se houve influência (acrécimo ou redução).

4.1 DESPESAS EM SAUDADES DO IGUAÇU COM AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

O município conta com uma área territorial de 152.084 km², desse total apenas 2,19 km² é urbanizada (IBGE, 2019). Em relação aos estabelecimentos agropecuários o município tem 476 estabelecimentos sendo agricultura familiar, e 59 não familiar com uma média de pessoas ocupadas de 1.817 pessoas para o familiar e 45 pessoas ocupando a não familiar. (CENSO AGROPECUARIO, 2017). Com base no censo de 2022 conta com uma população de 6.108 pessoas, sendo uma população equilibrada quanto a sexo, no qual conta com 3.045 sendo homens, e 3.063 mulheres.

A partir da tabela 2 são apresentadas as informações sobre os valores destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde neste município, havendo a intenção de observar como estas evoluíram.

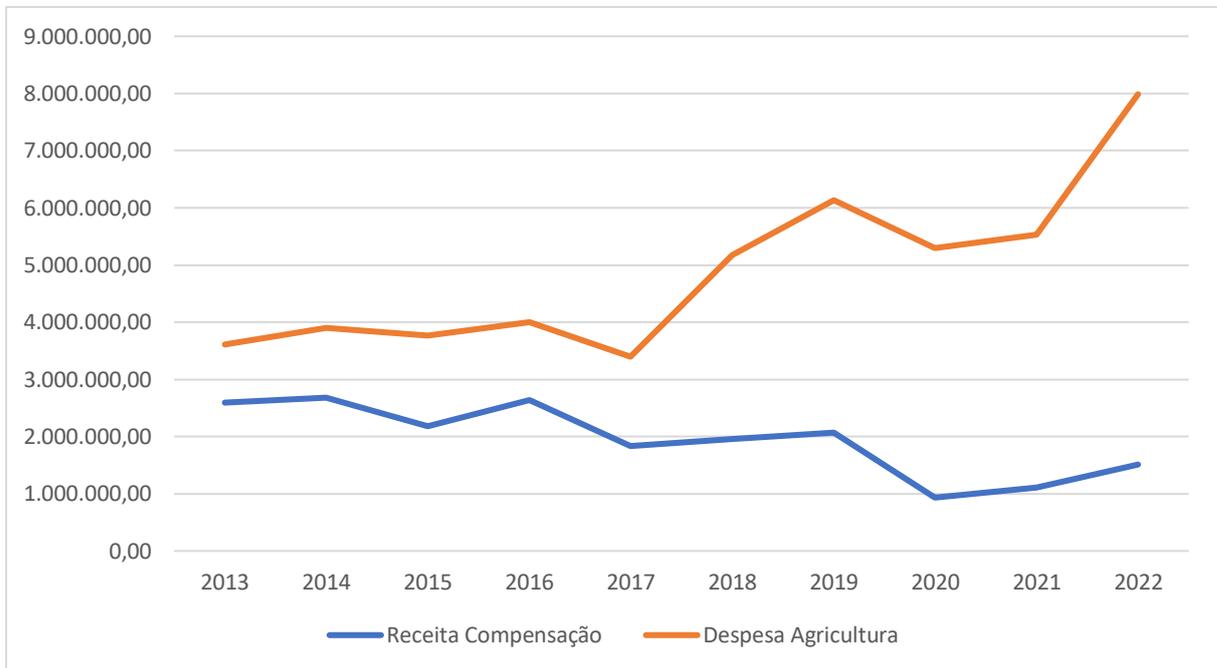
Tabela 5 - Despesas na agricultura no município de Saudade do Iguaçu entre 2013 e 2022

Ano	Programa	Valor (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigido (R\$)
2013	Bacia leiteira	138.431,71	237.057,08	2.595.448,95
	Produtor forte	1.970.783,42	3.374.863,74	
2014	Produtor forte	2.425.576,36	3.898.133,35	2.680.781,90
2015	Produtor forte	2.592.979,38	3.772.004,09	2.181.127,08
2016	Produtor forte	2.946.727,64	4.006.639,05	2.638.238,89
2017	Produtor forte	2.568.379,41	3.396.956,63	1.829.982,99
2018	Produtor forte	3.089.100,05	3.926.791,60	1.954.930,07
	Porteira adentro	977.783,41	1.242.935,36	
2019	Produtor forte	3.464.840,07	4.264.759,52	2.068.143,86
	Porteira adentro	1.514.486,94	1.864.132,97	
2020	Produtor forte	3.134.301,93	3.806.056,54	933.105,03
	Porteira adentro	1.267.708,87	1.495.892,53	
2021	Produtor forte	3.252.220,30	3.465.470,70	1.111.461,05
	Porteira adentro	1.939.067,36	2.066.213,39	
2022	Campo novo	7.938.235,49	7.938.235,49	1.498.559,01
		39.220.622,34	48.756.142,04	19.491.778,83

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Saudade do Iguaçu, (2023)

Na tabela 5 é possível observar que o programa “campo novo” implementado no ano de 2022 é aquele que contempla o maior volume de recursos em todo o período analisado, em segundo está o ano de 2019 que obteve maior gasto com o programa “produtor forte” e “porteira adentro” e o ano que teve menor gasto foi o ano de 2017 com o programa “produtor forte” em segundo com o menor gasto se destaca o ano de 2013 com os programas “bacia leiteira” e “produtor forte”. O que pode-se observar em relação a esses números é que, para os anos com menor gasto e maior gasto, a receita oscila da mesma maneira, o gráfico 2 mostra isso.

Gráfico 2 – Evolução das receitas de compensações e despesas na agricultura em Saudade do Iguaçu em valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência (2023)

A representação gráfica acima é para melhor visualização das duas variáveis. A importância da agricultura no orçamento municipal varia significativamente de uma região para outra, dependendo da sua estrutura econômica, da localização geográfica e das políticas locais. Apesar dos valores alocados na agricultura de Saudade do Iguaçu terem aumentado significativamente a partir de 2017, é possível observar que há um padrão de comportamento entre a evolução da receita oriunda de compensações financeiras da UHSS e das despesas no setor para o município. Isto fica mais evidente entre 2015 e 2016, 2016 e 2017, de 2019 a 2020 e 2020 a 2021 quando os dois valores oscilam exatamente na mesma direção.

Em muitas áreas rurais e municípios onde a agricultura desempenha um papel proeminente na economia, o setor pode ser uma parte significativa do orçamento municipal. Mattei (2014) traz em sua abordagem que, no processo histórico da agricultura, desde o período das capitâneas hereditárias passando pelos diversos ciclos econômicos até os dias atuais as questões da terra e do sistema de produção agropecuária sempre estiveram presentes no debate político nacional. Ele aborda que com a garantia da segurança alimentar e nutricional; o fortalecimento do mercado interno; a exportação de produtos agrícolas; a preservação da biodiversidade; a

reprodução do patrimônio cultural das populações rurais; e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais interessam e beneficiam toda a sociedade, sendo que ela pode usufruir de alimentos de qualidade e diversificados, de ambientes naturais preservados e de uma pluralidade de manifestações culturais. (MATTEI, 2014).

Alguns autores discutem o papel da agricultura no orçamento municipal. Em seu livro “Small Is Beautiful: Economics as if People Mattered”, EF Schumacher (1973) exalta a agricultura de pequena escala e local. A sustentação de uma agricultura local é fundamental para comunidades sustentáveis, pois contribui para uma autonomia econômica e promove a sustentabilidade. A agricultura em pequena escala diminui a dependência de sistemas de produção centralizados e cria empregos locais. O autor destaca que uma agricultura de pequena escala melhora significativamente a qualidade de vida das comunidades e reduz a pegada ambiental, promovendo uma abordagem mais centrada nas pessoas. (SCHUMACHER,1973).

Já Ostrom (2004), vencedora do Prêmio Nobel de Economia, dedicou sua carreira à análise da gestão de recursos comuns, incluindo terras agrícolas. Seu trabalho mostra como comunidades locais bem-organizadas podem administrar terras agrícolas de forma sustentável, evitando a manipulação e o esgotamento de recursos. O responsável pela agricultura ajuda a preservar os ecossistemas, o que é uma parte importante da sustentabilidade a longo prazo, ela defende uma abordagem de administração da terra colaborativa e descentralizada, enfatizando a importância da agricultura na gestão eficaz de recursos naturais. (POTEETE e OSTROM, 2004).

A iniciativa “Millennium Villages” foi liderada por Jeffrey Sachs, um dos principais economistas do desenvolvimento. Em suas obras, ele enfatiza que o investimento na agricultura é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nas comunidades rurais. Sachs argumenta que, para gerar empregos, aumentar a segurança alimentar e estimular a economia local, a agricultura desempenha um papel fundamental no impulso da economia dos países em desenvolvimento, que a agricultura pode ajudar as comunidades vulneráveis a se empoderar financeiramente além de fornecer um meio de subsistência. Em suas análises, eles afirmam que a qualidade das instituições, inclusive as relacionadas à agricultura, afeta os resultados econômicos de um país. (SACHS, 2001). Na tabela 6 estão apresentadas as despesas do município na área da Educação, considerando

que está desempenha um papel central no orçamento municipal devido à sua importância para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma comunidade.

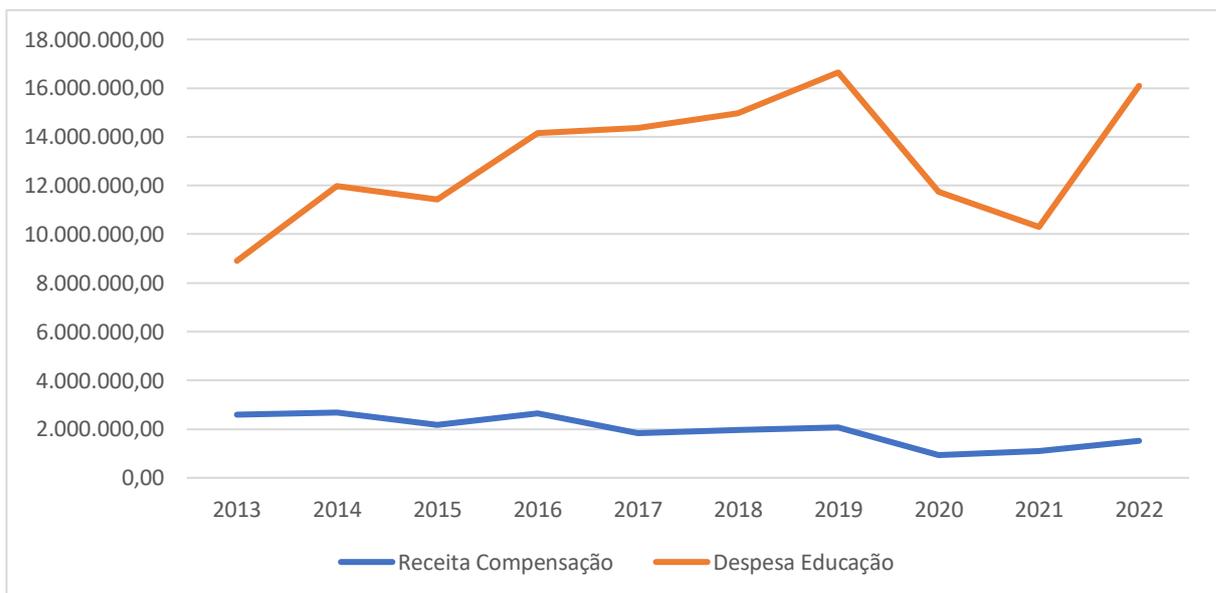
Tabela 6 - Despesas com educação no município de Saudade do Iguçu entre 2013 e 2022

Ano	Programa	Valor (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigido (R\$)
2013	Educação de qualidade para todos	5.011.683,53	8.582.246,47	2.595.448,95
	Ensino superior	191.040,00	327.146,03	
2014	Educação de qualidade para todos	7.028.155,73	11.294.918,88	2.680.781,90
	Incentivando o ensino superior e profissional	420.130,61	675.190,10	
2015	Educação de qualidade para todos	7.480.802,94	10.882.315,33	2.181.127,08
	Incentivando o ensino superior e profissional	377.897,48	549.727,02	
2016	Educação de qualidade para todos	9.525.617,86	12.951.896,86	2.638.238,89
	Incentivando o ensino superior e profissional	893.206,75	1.214.485,18	
2017	Educação de qualidade para todos	9.775.281,89	12.928.856,41	1.829.982,99
	Incentivando o ensino superior e profissional	1.075.772,13	1.422.823,77	
2018	Educação de qualidade para todos	9.906.273,76	13.006.990,17	1.954.930,07
	Incentivando o ensino superior e profissional	1.548.061,09	1.967.858,98	
2019	Educação de qualidade para todos	12.144.864,12	14.948.720,24	2.068.143,86
	Incentivando o ensino superior e profissional	1.378.250,32	1.696.443,72	
2020	Educação de qualidade para todos	9.107.382,01	10.746.682,52	933.105,03
	Incentivando o ensino superior e profissional	836.641,55	987.234,43	
2021	Educação de qualidade para todos	9.103.010,38	9.699.901,26	1.111.461,05
	Incentivando o ensino superior e profissional	554.300,84	590.646,74	
2022	Compromisso com a educação	15.140.403,96	15.140.403,96	1.498.559,01
	Incentivando o ensino superior e profissional	854.462,30	854.462,30	
		102.353.239,25	121.886.703,90	19.491.778,83

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Saudade do Iguçu, (2023).

Ao observar os dados da tabela 4 é possível notar que em relação a agricultura os gastos quase triplicam, sendo o programa com maior despesa é no ano de 2019 com os programas "educação de qualidade para todos" e o "incentivando o ensino superior e profissional" em segundo que se destaca a despesa é para o ano de 2022 com o programa "incentivando o ensino superior e profissional" vale ressaltar os anos com menores gastos também que se destaca é o ano de 2021, com os programas "educação de qualidade para todos" e o "incentivando o ensino superior e profissional" e em segundo lugar o ano de 2015 com os mesmo programas. Embora a receita da Usina não seja equivalente aos gastos desse setor, existe sim uma relação que pode ser observado no gráfico abaixo, pois quando obteve quedas, e houveram altas oscilou tanto as despesas quanto as receitas para os mesmos anos.

Gráfico 3 – Evolução das receitas de compensações financeiras da UHSS e despesas na educação no município de Saudade do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência, 2023.

O gráfico 3, é para melhor visualização das variáveis do que foi contextualizado acima. Estes resultados parecem indicar que existe alguma relação entre as receitas das compensações financeiras e das despesas alocadas em educação, uma vez que há momentos em que as duas oscilam na mesma direção. Embora haja essa disparidade entre a receita e a despesa, é possível observar essa relação para os anos de 2014 a 2015, 2015 a 2016, 2017 a 2018 quando os valores oscilam na mesma direção.

Keynes discute a função do governo na estabilização econômica no qual defende que o governo deve aumentar os gastos públicos, incluindo os de educação, para estimular a demanda agregada e promover o crescimento econômico, especialmente durante recessões. Seus princípios econômicos fundamentais demonstram que os investimentos em educação não trazem apenas benefícios à sociedade a longo prazo, mas também podem servir como uma ferramenta para lidar com problemas econômicos locais imediatamente. (KEYNES, 2017).

De acordo com Becker (2009), a educação é um investimento no capital humano de um indivíduo que aumenta sua produtividade e potencial de ganho ao longo da vida. Uma força de trabalho com nível maior de escolaridade tende a ganhar mais e pagar mais impostos, o que tem impacto direto no orçamento municipal. Isso não apenas aumenta a receita municipal, mas também reduz a necessidade de assistência social, economizando recursos.

Heckman (2012) já enfatiza a educação na infância, sustentando que fazer investimentos neste período da vida tem vantagens de longo prazo, com isso pode reduzir a necessidade de gastos prolongados em serviços de saúde e justiça criminal, o orçamento municipal pode se beneficiar ao investir em programas de educação infantil. Crianças que recebem uma educação de qualidade desde cedo têm menos probabilidade de se envolverem em comportamentos de alto risco ou problemas de saúde, o que resulta em economia de recursos públicos.

A seguir, na tabela 7 estão apresentados os gastos nas áreas da saúde para o município de Saudade do Iguaçu.

Tabela 7 - Despesas na saúde no município de Saudade do Iguaçu entre 2013 e 2022

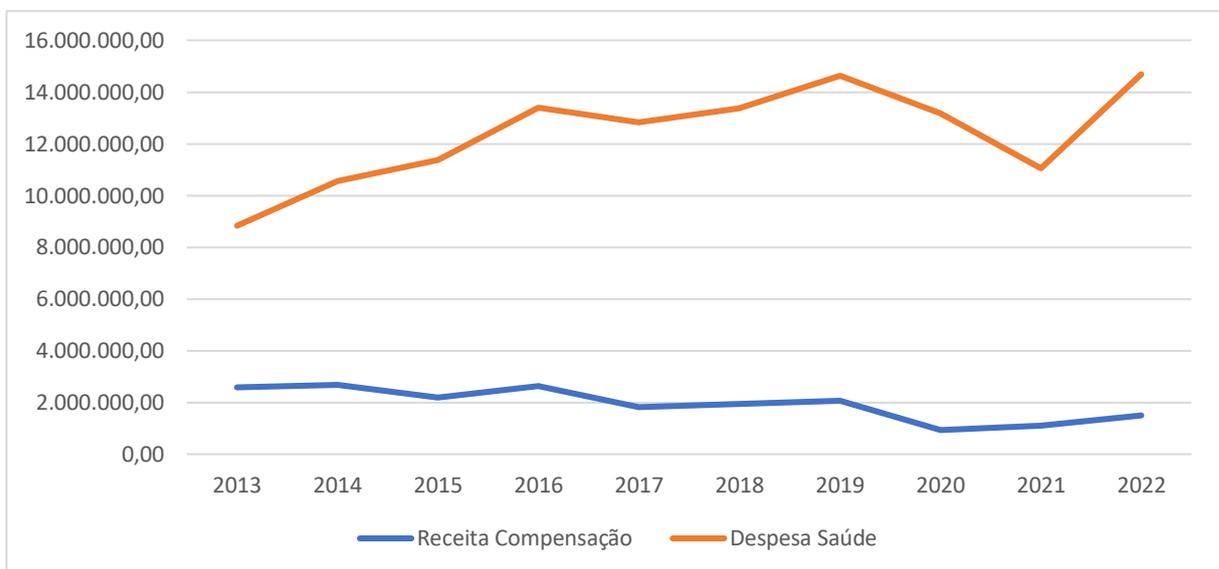
Ano	Programa	Valor Nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigida (R\$)
2013	Saúde para todos	5.157.464,78	8.831.889,25	2.595.448,95
	Atenção básica em saúde	4.613.031,14	7.413.582,53	
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	1.824.730,80	2.932.517,03	
2014	Vigilância em saúde	135.606,28	217.932,27	2.680.781,90
2015	Atenção básica em saúde	5.372.040,12	7.814.700,51	2.181.127,08
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	2.196.438,27	3.195.156,19	
	Vigilância em saúde	256.046,74	372.470,89	
2016	Atenção básica em saúde	6.836.860,48	9.296.017,65	2.638.238,89
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	2.764.469,09	3.758.823,74	
	Vigilância em saúde	243.340,46	330.867,83	
2017	Atenção básica em saúde	6.671.429,03	8.823.678,84	1.829.982,99
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	2.884.621,58	3.815.220,74	
	Vigilância em saúde	140.341,27	185.616,35	
2018	Atenção básica em saúde	6.244.704,35	7.938.121,84	1.954.930,07
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	4.035.748,99	5.130.149,54	
	Vigilância em saúde	234.285,68	297.818,47	
2019	Atenção básica em saúde	7.970.576,68	9.810.724,91	2.068.143,86
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	3.654.356,83	4.498.029,57	
	Vigilância em saúde	257.661,74	317.147,50	
2020	Atenção básica em saúde	8.164.244,43	9.633.783,10	933.105,03
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	2.663.032,69	3.142.370,31	
	Vigilância em saúde	340.045,46	401.252,59	
2021	Atenção básica em saúde	6.920.762,42	7.374.561,75	1.111.461,05
	Atenção de média e alta complexidade em saúde	3.183.797,77	3.392.561,66	
	Vigilância em saúde	255.105,64	271.833,10	
2022	Saudade com saúde	14.596.872,96	14.596.872,96	1.498.559,01
		97.617.615,68	123.793.701,12	19.491.778,83

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Saudade do Iguaçu, (2023).

Com base nos dados da tabela 5 em relação aos programas da área da saúde, o município de Saudade do Iguaçu a despesa que se destaca é o ano de 2022 com o programa “saudade com saúde” o que chama atenção é o valor, que, mesmo devido

a pandemia que ocorreu em 2020 os gastos se sobressaiu, em segundo lugar destaca-se o ano de 2019 com o programa “atenção de média e alta complexidade em saúde” e o programa “vigilância em saúde” e os anos com menores gastos que se destacam é em 2013 com o programa “saúde para todos” em segundo lugar o ano de 2014 com os programas “atenção básica em saúde”, “atenção de média e alta complexidade em saúde”, e o “vigilância em saúde”. No gráfico abaixo mostrará como essas despesas se relacionam com os gastos.

Gráfico 4 – Receita de compensações financeiras e despesas na saúde no município de Saudade do Iguçu com valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência, (2023).

Acima, no gráfico é para uma melhor visualização das variáveis, como já dito anteriormente, embora a receita que o município receba não seja valores exorbitantes, é possível observar que há momentos em que as duas variáveis oscilam na mesma direção. Neste sentido cabe observar o ano de 2016 quando os valores das duas aumentaram, assim como de 2016 até 2017 quando as duas foram reduzidas e no ano de 2019 a 2020 quando as duas tiveram queda. Estes resultados parecem indicar que existe alguma relação entre as receitas das compensações financeiras e das despesas alocadas em saúde, uma vez que há momentos em que as duas oscilam na mesma direção. No caso de Saudade, a partir dos gráficos é possível verificar que nos três setores observados parece haver uma relação entre as receitas das

compensações e as despesas, pois há diversos anos em que os dois valores oscilam na mesma direção.

4.2 DESPESAS EM RIO BONITO DO IGUAÇU COM AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

O município conta com uma área territorial de 681.406 km², desse total apenas 2,49 km² é urbanizada (IBGE, 2019). Em relação aos estabelecimentos agropecuários o município tem 2.791 estabelecimentos sendo agricultura familiar, e 128 não familiar com número de pessoas ocupadas de 6.186 para o grupo familiar e 128 pessoas ocupando a não familiar. (CENSO AGROPECUARIO, 2017). Com base no censo de 2022 conta com uma população de 13.929 pessoas, sendo uma população com mais homens do que mulheres em relação ao sexo, no qual conta com 7.200 sendo homens, e 6.729 mulheres.

Na tabela 8 estão apresentadas as despesas na área de agricultura do município de Rio Bonito do Iguaçu.

Tabela 8 - Despesas na agricultura no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 a 2022

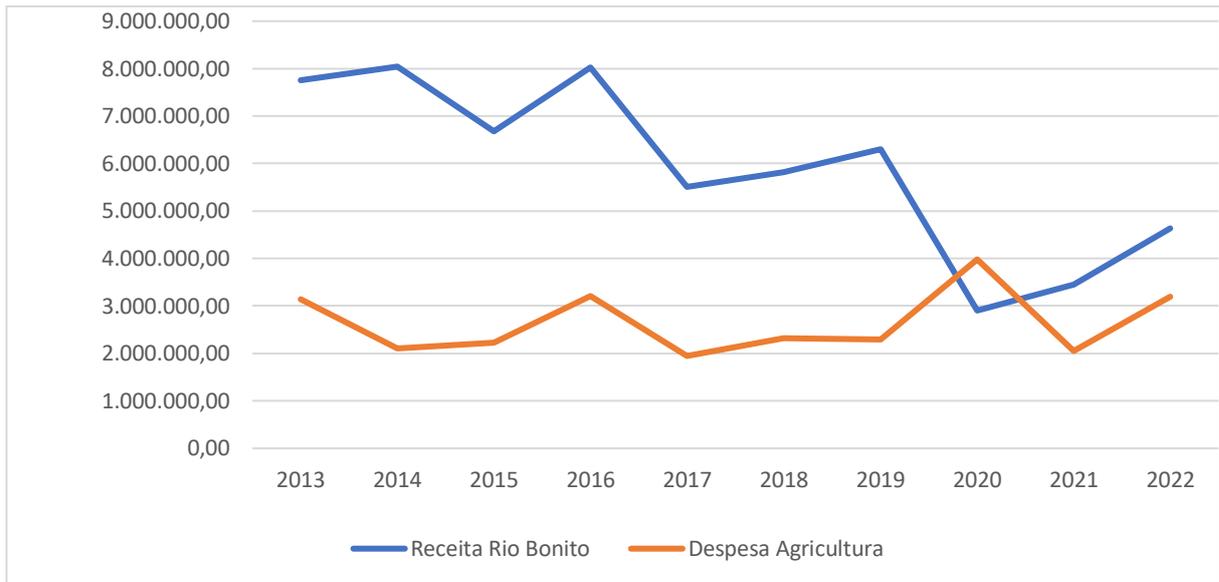
Ano	Programa	Valor Nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigida (R\$)
2013	Produção Agropecuária Sustentável	1.834.984,40	3.142.315,01	7.757.946,62
2014	Produção Agropecuária Sustentável	1.314.245,19	2.112.117,80	8.042.300,64
2015	Abastecimento	7.017,80	10.208,79	6.684.712,61
	Produção Agropecuária Sustentável	1.526.601,52	2.220.745,45	
	Abastecimento	4.242,26	5.768,16	
2016	Produção Agropecuária Sustentável	2.354.385,40	3.201.236,63	8.017.516,96
2017	Abastecimento	890	1.177,12	5.512.873,96
	Produção Agropecuária Sustentável	1.471.103,47	1.945.691,77	
	Extensão Rural	1.153.425,80	1.466.207,85	
2018	Gestão Da Produção Agropecuária	677.422,87	861.124,08	5.824.473,85
	Extensão Rural	1.626.424,40	2.057.791,09	
2019	Gestão Da Produção Agropecuária	193.309,14	237.937,97	6.296.648,46
	Extensão Rural	2.552.802,86	3.012.299,46	
2020	Gestão Da Produção Agropecuária	821.117,07	968.915,60	2.903.502,18
2021	Extensão Rural	1.926.027,28	2.052.318,26	3.449.502,71
	Extensão Rural	1.694.219,74	1.704.723,90	
2022	Gestão Da Produção Agropecuária	1.484.903,80	1.484.903,80	4.609.938,90
		20.643.123,00	26.485.482,74	59.099.416,89

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Rio Bonito do Iguaçu, (2023)

Conforme a tabela 8, os anos seguem sem muita oscilação, e pode-se observar que o programa que se destaca é no ano de 2020 com os programas “extensão rural” e “gestão da produção agropecuária” no qual detém maiores gastos. Em segundo lugar se destaca o ano de 2016 com os programas “abastecimento” e o programa “produção agropecuária sustentável”, e os anos em que tiveram menos gastos foram os anos de 2017 com os programas “abastecimento” e “produção agropecuária sustentável” e o ano de 2021 com o programa “extensão rural” um fato relevante é

que mesmo Rio Bonito do Iguaçu contendo maior área territorial ainda sim, Saudade do Iguaçu dobra os valores nas despesas nesse setor. Abaixo encontra-se uma representação gráfica a respeito desses valores contidos na tabela.

Gráfico 5 –Receitas de compensações financeiras da UHSS e despesas na agricultura no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência, (2023)

O gráfico 5 é para melhor visualização das variáveis em questão, o que fica claro é que existe a relação e que há uma influência dos valores das compensações financeiras com as despesas. É possível observar que entre 2015 e 2016 as duas variáveis crescem, enquanto de 2016 a 2017 as duas declinam. De 2017 a 2018 há uma elevação nas duas, mas após isso não parece haver influência das receitas sobre as despesas consideradas. No ano de 2020 chama a atenção o fato de que a despesa se sobressai a receita, e que em praticamente todos os anos a receita foi superior a despesas. Vale ressaltar que não necessariamente a receita que o município recebe vai ser destinada para a agricultura ou algum outro setor estudado no presente trabalho, pois, como já dito anteriormente, não existe uma lei que obrigue o município o repasse diretamente a determinados setores, mas a tentativa no trabalho é tentar identificar alguma influência, o que parece existir em alguns dos anos apresentados no gráfico 5.

Os autores de "Por que as Nações Fracassam", Daron Acemoglu e James A. Robinson, examinam como as instituições econômicas e políticas influenciam o

sucesso ou o fracasso de uma nação. Eles enfatizam que uma governança agrícola eficaz é essencial para uma expansão econômica sustentável e para a promoção de instituições justas. Acemoglu e Robinson (2012), abordam que quando as instituições funcionam bem é possível garantir que os benefícios da agricultura sejam distribuídos de forma justa, o que promove o crescimento a longo prazo.

Stiglitz (1987) em suas obras enfatiza que o acesso à infraestrutura e à terra são essenciais para o crescimento agrícola. Além disso, ele ressalta a importância de uma distribuição justa dos benefícios da agricultura para toda a sociedade, promovendo a equidade e o desenvolvimento sustentável e enfatiza que a agricultura, que fornece meios de subsistência e garante o acesso a alimentos, é fundamental para o crescimento econômico. Para apoiar a produtividade agrícola e garantir o acesso aos mercados, é necessária uma infraestrutura adequada. (STIGLITZ, 1987).

Soto (2004), discute como a formalização das propriedades agrícolas pode promover o desenvolvimento econômico. Ele ressalta que a capacidade dos agricultores de obter crédito e investir em suas terras é prejudicada pela falta de títulos de propriedade claros, o que dificulta o crescimento econômico. O autor destaca a importância das políticas de propriedade para o crescimento agrícola e econômico, pois a formalização dos direitos de propriedade cria um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento. Além disso, ele sustenta que a formalização das propriedades agrícolas é fundamental para o desenvolvimento econômico. Segundo Soto (2004), garantir que os agricultores possam com segurança investir em suas terras é essencial para o desenvolvimento sustentável. Os agricultores obtêm crédito para investir em suas terras por meio da emissão de títulos de propriedade, seguros e claros. Isso pode aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, a renda dos agricultores, como resultado, o município pode receber mais receita fiscal.

Os autores destacam a importância da agricultura para a segurança alimentar, a gestão de recursos naturais, a infraestrutura e o desenvolvimento econômico. À medida que impactam a receita e as despesas do governo local, cada uma dessas áreas tem um impacto direto no orçamento do município. Portanto, fortalecer a agricultura local pode ser um método eficaz para melhorar a situação financeira das administrações municipais e a qualidade de vida dos habitantes.

Na sequência, na tabela 9, são apresentadas as informações sobre as despesas alocadas na área da educação no município de Rio Bonito do Iguaçu para o período considerado.

Tabela 9 - Despesas na educação no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 e 2022

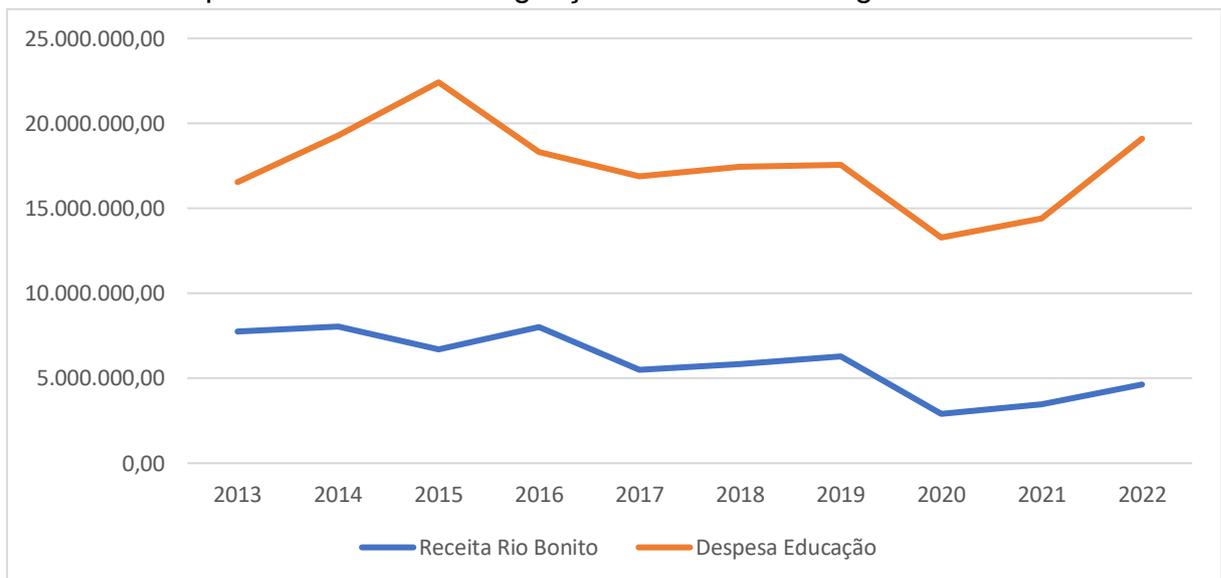
Ano	Programa	Valor Nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigida (R\$)
2013	Proteção à criança e ao adolescente	4.448,82	7.618,37	7.757.946,62
	Programa de segurança alimentar e ensino fundamental	7.954,82	13.622,21	
	Acesso integral ao ensino	9.582.162,27	16.408.952,76	
	Kit mochila cheia	76.329,34	130.710,01	
2014	Proteção à criança e ao adolescente	4.869,80	7.826,23	8.042.300,64
	Acesso integral ao ensino	11.813.374,71	18.985.223,74	
	Kit mochila cheia	168.741,00	271.182,94	
	Programa de segurança alimentar e ensino fundamental	14.779,36	23.751,85	
2015	Proteção à criança e ao adolescente	9.983,20	14.522,55	6.684.712,61
	Acesso integral ao ensino	15.334.864,91	22.307.610,13	
	Kit mochila cheia	63.903,27	92.960,01	
2016	Acesso integral ao ensino	13.379.906,88	18.192.538,94	8.017.516,96
	Gestão educacional	44.595,43	60.636,00	
	Kit mochila cheia	42.002,18	57.109,99	
2017	Proteção à criança e ao adolescente	595	786,95	5.512.873,96
	Acesso integral ao ensino	12.762.491,18	16.879.760,37	
2018	Gestão educacional	13.728.052,84	17.450.779,08	5.824.473,85
	Gestão para acesso integral ao ensino	1.913,70	2.355,51	
2019	Gestão educacional	14.255.068,97	17.546.103,11	6.296.648,46
2020	Gestão educacional	11.255.318,66	13.281.241,11	2.903.502,18
2021	Gestão educacional	13.502.062,74	14.387.402,62	3.449.502,71
2022	Educação - nossa vida	18.973.110,32	18.973.110,32	4.609.938,90
		135.026.529,40	175.095.804,80	59.099.416,89

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Rio Bonito do Iguaçu, (2023).

Os dados da tabela 9 apontam que os programas com maior destinação de recursos no ano de 2015 foram “proteção à criança e ao adolescente”, “acesso integral ao ensino” e “kit mochila cheia”. Vale lembrar que, em relação a população Rio Bonito do Iguaçu conta com 13.929 pessoas com base no último censo de 2022, o segundo programa que obteve mais despesa foi no ano de 2014 com os programas “proteção à criança e ao adolescente”, “acesso integral ao ensino”, “kit mochila cheia” e “programa de segurança alimentar e ensino fundamental” e os anos com menor gasto é 2020 com o programa “gestão educacional” vale ser lembrado que foi o ano da pandemia, e o segundo com menor gasto foi o ano de 2021 com o programa “gestão educacional”.

Na sequência está a representação gráfica da receita em relação a despesa na educação para o município (gráfico 6).

Gráfico 6 – Receita de compensações financeiras da UHSS e despesa na educação no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência, (2023).

O gráfico 6 permite melhor visualização da evolução das duas variáveis, o que é notório, que assim como os outros gastos já comentados existe essa relação entre a receita e a despesa. Isto fica evidente em como as duas variáveis evoluíram entre 2016 e 2017, 2017 a 2019, 2019 a 2020 e de 2020 a 2022, ou seja, nestes anos tanto a receita de compensações quanto as despesas em educação oscilaram na mesma direção, indicando que parecem haver influências da arrecadação em compensações sobre as despesas em educação.

Em relação à importância da educação, sem (2000), afirma que este é um dos principais indicadores do desenvolvimento humano. O autor acredita que a educação ajuda as pessoas a viver vidas mais completas e a fazer escolhas mais inteligentes. Em relação ao orçamento municipal, isso significa que investindo em educação, as comunidades podem ter uma população mais saudável, engajada, informada e produtiva o que resulta em economias locais mais fortes e que podem se organizar mais adequadamente com as escalas regional, estadual, nacional e internacional.

Summers (1992) é outro autor que fala sobre a importância do investimento em capital humano, especialmente na educação, para contribuições ao crescimento econômico. Isso também pode atrair empresas que procuram trabalhadores, no orçamento, isso significa que investir em educação pode contribuir para estimular a economia local através da geração de empregos e do aumento da receita fiscal.

Esses autores mostram que a educação é um investimento estratégico e não apenas uma despesa no orçamento municipal. Ela não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas, mas também contribui para o crescimento e/ou desenvolvimento econômico, na redução da pobreza, na equidade social e no bem-estar geral da comunidade. Assim, as administrações municipais devem alocar recursos significativos para a educação, bem como potencializar a alocação adequada destes recursos em prol de uma maior qualidade na formação da população.

Na tabela 10 estão apresentadas as informações sobre as despesas na área da saúde, realizadas pelo município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 e 2022.

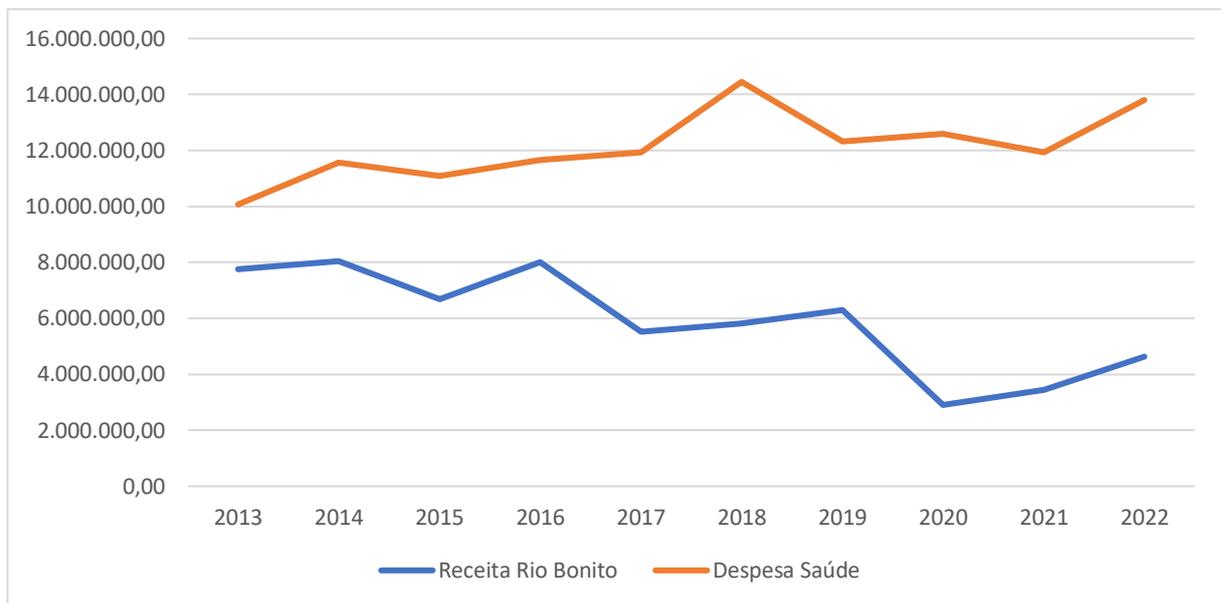
Tabela 10 - Despesas na área da saúde no município de Rio Bonito do Iguaçu entre 2013 e 2022

Ano	Programa	Valor Nominal (R\$)	Valor corrigido (R\$)	Compensação Financeira corrigida (R\$)
2013	Ações de saúde	5.880.446,28	10.069.957,33	7.757.946,62
2014	Ações de saúde	7.202.163,54	11.574.566,08	8.042.300,64
2015	Proteção à criança e ao adolescente	3.780,00	5.498,76	6.684.712,61
	Ações de saúde	7.613.759,91	11.075.727,68	
2016	Proteção à criança e ao adolescente	1.040,00	1.414,08	8.017.516,96
	Ações de saúde	8.580.709,21	11.667.113,07	
2017	Proteção à criança e ao adolescente	-	-	5.512.873,96
	Ações de saúde	9.022.516,22	11.933.243,25	
2018	Gestão de saúde	11.342.971,29	14.418.919,30	5.824.473,85
	Gestão da produção agropecuária	25.327,62	32.195,88	
2019	Gestão de saúde	10.003.484,59	12.312.965,47	6.296.648,46
	Gestão da produção agropecuária	14.462,58	17.801,52	
2020	Gestão de saúde	10.277.430,17	12.127.335,72	2.903.502,18
	Gestão da produção agropecuária	400.000,00	471.998,76	
2021	Gestão de saúde	11.171.570,86	11.904.098,73	3.449.502,71
	Gestão da produção agropecuária	22.380,00	23.847,47	
2022	Saúde - nosso compromisso é cuidar de você	13.724.047,31	13.724.047,31	4.609.938,90
		95.286.089,58	121.360.730,41	59.099.416,89

Fonte: Elaboração própria, Portal da Transparência Rio Bonito do Iguaçu, 2023

O que se pode observar é que o programa que se destacou no ano de 2018, com os programas “gestão de saúde” e “gestão da produção agropecuária” mas se comparar aos outros anos, não teve muita oscilação, o segundo com maior despesa é o ano de 2022 com o programa “saúde – nosso compromisso é cuidar de você”, e os com menores gastos foi o ano de 2013 com o programa “ações de saúde” e o ano de 2015 com os programas “proteção à criança e ao adolescente” e “ações de saúde”. Abaixo encontra-se a representação gráfica do que foi abordado nesse parágrafo.

Gráfico 7– Receita de compensações financeiras e despesa na saúde no município de Rio Bonito do Iguaçu com valores corrigidos de 2013 a 2022



Fonte: Elaboração própria, Tesouro Nacional; Portal da Transparência, (2023).

Em relação às informações do gráfico 7 é possível visualização a evolução das duas variáveis, sendo possível ver essa relação, havendo momentos em que oscilam juntas, podendo ser observado essa relação para os anos 2013 a 2014, 2020 a 2021, 2021 a 2022 onde há uma alta nas receitas de despesas, e para os anos de 2014 a 2015, 2019 a 2020 é possível ver a queda nas duas variáveis. Na relação entre as receitas e as despesas em saúde parece haver menos impacto das receitas oriundas das compensações sobre as despesas com a saúde, uma vez que a evolução destas parece ser menos influenciada por aquela. A partir dos gráficos das evoluções de receitas e despesas, para RBI em agricultura e educação parece que há relação das receitas das compensações sobre as despesas, pois há vários anos em que os valores oscilam na mesma direção. Só na saúde é que esta relação parece ser menor.

Por várias razões importantes, a saúde é um componente essencial do orçamento municipal. Em uma de suas entrevistas, Margaret Chan, ex-Diretora-Geral da OMS, afirmou que o direito à saúde é um direito humano fundamental. Ela sustenta que a igualdade e a justiça social dependem da saúde, alocar recursos importantes ao orçamento municipal para cuidados de saúde de alta qualidade é uma questão de direitos humanos e de economia. Isto significa que os governos locais devem garantir que todos tenham acesso igual aos serviços de saúde, independentemente do rendimento ou do estatuto social. (SAÚDE BUSINESS, 2015).

O "valor em saúde", que enfatiza a importância de redesenhar os sistemas de saúde para fornecer cuidados eficientes e eficazes, foi sugerido por Porter (2007). Isso é particularmente importante para o orçamento municipal, pois os recursos limitados devem ser distribuídos de forma que os cidadãos recebam o maior benefício possível. Para garantir que cada valor gasto na saúde municipal tenha um impacto significativo na qualidade de vida das pessoas, isso pode incluir uma implementação de métodos de gestão de saúde eficazes. Segundo Sen (2018), existe uma conexão entre saúde e desenvolvimento humano. Uma população saudável está mais propensa a buscar oportunidades educacionais e financeiras. Investir em serviços de saúde no orçamento municipal pode ter um efeito em cascata em outros aspectos do desenvolvimento local, pois uma população saudável é mais produtiva e participa da comunidade. Esses autores e especialistas têm em comum a ênfase na saúde como um pilar essencial do bem-estar individual e do progresso da sociedade. Para garantir o desenvolvimento, a igualdade e a justiça social na comunidade local, todos devem ter acesso a cuidados de saúde de alta qualidade, segundo suas perspectivas no orçamento municipal.

O que pode-se concluir ao observar os dados do município de Saudade do Iguaçu, é que, o repasse que a Usina faz a ele não seja tão significativo ao analisar o orçamento total, isso representa menos de 10% para cada ano, porém, mesmo não sendo valores exorbitantes, faz com que influencie nas despesas do orçamento. Dentre os setores analisados aquele que mais recebeu recursos foi educação, após saúde e terceiro lugar agricultura, sendo esses os setores que mais empregam recursos, ficou claro que há sim, uma relação entre eles, que quando eleva as receitas e há uma queda nelas, e influenciam diretamente nas despesas.

Em relação ao município de Rio Bonito do Iguaçu, embora receba mais recursos que Saudade, em seu orçamento total isso representa menos de 15% para cada ano, mas assim, foi possível verificar que houve a relação entre as despesas e a receita, embora alguns anos se destacam como o de 2020 onde há uma grande disparidade para os setores estudados, isso ocorreu devido a pandemia, já comentado em capítulos anteriores, para o município em questão o setor que se destaca é educação, após saúde e por último agricultura, igual a Saudade.

Para o município de Saudade do Iguaçu, a partir dos dados e dos gráficos, foi possível verificar que os três setores observados há uma relação entre as receitas e despesas, pois há diversos anos em que os dois valores oscilam na mesma direção.

E em relação ao município de Rio Bonito do Iguaçu, a partir dos dados e gráficos em relação as evoluções das receitas e despesas, para os setores agricultura e educação há uma relação das receitas das compensações financeiras sobre as despesas, pois há vários anos em que os valores oscilam na mesma direção. Só no setor saúde, que essa relação é menor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a evolução das receitas de compensações financeiras, as quais consistem em um pagamento feito pelas usinas hidrelétricas pelo uso da água dos rios para a geração de energia elétrica, para os municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. A justificativa de escolha do tema está relacionada ao fato de que na região onde está inserida a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago os estudos que são realizados são relacionados a biodiversidade de peixes que permeiam o rio, enquanto há poucos estudos sobre os orçamentos e os repasses que essa usina faz devido a utilização da água. Desse modo a pesquisa se guiou pelo seguinte questionamento: Como evoluíram os gastos em agricultura, educação e saúde nos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu a partir das receitas oriundas da compensação financeira da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago?

Para que essa pergunta fosse respondida o objetivo geral foi analisar a evolução dos gastos públicos em agricultura, educação e saúde nos orçamentos dos municípios de Saudade do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu a partir da compensação financeira oriunda da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. Para alcançar este objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos, sendo eles: a) caracterizar os municípios, e a Usina Hidrelétrica, b) identificar a evolução dos recursos no orçamento dos municípios estudados; c) analisar comparativamente nos orçamentos como evoluiu a alocação dos recursos destinados a agricultura, saúde e educação e se houve influência.

No primeiro objetivo específico foram caracterizados os municípios e a Usina Hidrelétrica. Para isso foram acessados estudos já publicados a respeito dos municípios, em fontes como IPARDES, IBGE, Censo Agropecuário, e em relação a Usina, estudos já publicados também e portal da Engie.

Para o segundo objetivo, o levantamento de dados em relação as receitas oriundas Usina e as despesas dos municípios foi efetuado através de coleta de dados secundários. Para as receitas foi acessado o portal do Tesouro Nacional afim de localizar o que cada município recebeu de compensação financeira, e no orçamento municipal através do Portal da Transparência para verificar se tais valores tinham relação no orçamento. A fim de localizar as despesas para as três áreas que foram estudadas agricultura, educação e saúde foram acessados dados do Portal da

Transparência de cada município, buscando identificar tais valores, sendo apresentados ao longo do capítulo em forma de tabelas e gráficos.

No terceiro objetivo específico, buscou analisar comparativamente, nos orçamentos municipais, se houve influência a partir dos recursos destinados para as áreas da agricultura, educação e saúde em relação ao recebimento da compensação financeira, para este foram utilizadas análises de dados, bem como interpretações do mesmo.

Na realização do trabalho ocorreram algumas dificuldades, pois como são dados públicos, e a necessidade da busca nos portais de transparência, ocorreu uma maior demora na identificação dos valores, se de fato era o que se estava buscando ao coletar alguns dados.

Muitas vezes ocorreu a necessidade de contatar pessoas nas prefeituras para melhor esclarecimentos e ajuda, ocorreu dificuldade em acessar os portais por ficarem em constantes manutenções não conseguindo acessar para pesquisar o que era desejado, surgindo dúvidas se poderíamos utilizar ou retirar do trabalho pelo fato da demora em conseguir acesso.

Durante a realização surgiram dúvidas que podem ser respondidas em pesquisas futuras, já que o presente estudo não tinha como objetivo responder. Uma destas questões diz respeito a outros recursos que possam ser oriundos do funcionamento da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago e que estejam sendo repassados para os municípios estudados.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. Por que as nações falham: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. **Finanças e Desenvolvimento-Edição em Inglês**, v. 1, pág. 53, 2012.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). A compensação financeira e o seu município/Agência Nacional de Energia Elétrica – Brasília: ANNEEL, 2007. Disponível em: <
https://static5.pmc.com.br/files/2020/08/cartilha_compensacao_financeira_21.pdf
>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Banco de Informações de Geração: Capacidade instalada por Estado. 2017a. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/resumoestadual.cfm>. Acesso em: 18 jun. 2023.

APROVADO MP QUE COMPENSA REDUÇÃO DE REPASSES DO FPM E DPE CAUSADA PELA PANDEMIA. Senado Notícias, 2020. Disponível em: <
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/29/aprovada-mp-que-compensa-reducao-de-repasses-do-fpm-e-fpe-causada-pela-pandemia>>. Acesso em: 26 out, 2023.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p.23, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Intérpretes do pensamento desenvolvimentista: entrevista concedida a Ana Célia Castro, Carlos Brandão, Glauber Cardoso Carvalho, Marcos Formiga e Rosa Freire D’Aguiar. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, jul./dez. 2019, p. 234-267.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. **1º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES)**, 2005.

BECKER, Gary S. **Capital humano: Uma análise teórica e empírica, com especial referência à educação**. Imprensa da Universidade de Chicago, 2009.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. *Geografares*, Vitória, nº2 jun. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1998) Art. 28**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL TEM TRÊS DAS DEZ MAIORES HIDRELÉTRICAS DO MUNDO. Engie, 2022. Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/brasil-tem-tres-das-dez-maiores-hidreletricas-do->

[mundo/#:~:text=Segundo%20a%20Ag%C3%Aancia%20Nacional%20de,centrais%20Geradoras%20hidrel%C3%A9tricas%20\(CGHS\)](#). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Saiba mais sobre Compensação Financeira**: Aqui você encontra informações sobre o que é Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, como é calculada e o valor vigente da Tarifa Atualizada de Referência (TAR). Gov.com.br. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao/compensacao-financeira/introducao>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BOYD, H. W.; WESTFALL, R. **Pesquisa mercadológica**: texto e casos. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CARDOSO JR, José Celso. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado**. Texto para Discussão, 2011.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA Contribuição Financeira para Utilização de Recursos Hídricos- CFURH. **Engie, 2022**. Disponível em < <https://www.engie.com.br/sustentabilidade/recursos-e-investimentos/compensacao-financeira/> > Acesso em: 19 de out. de 2023.

Conceitos de Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas. MPPI, 2023. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/contabilidade/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CRUZ, Carla Buiatti; SILVA, Vicente de Paulo da. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 181-190, 2010.

DE ANDRADE, José Baltazar Salgueirinho Osório et al. Cenários futuros e tendências da geração de energia no Brasil: oferta e demanda e previsões de mitigação. **Revista Produção Mais Limpa**, v. 103, p. 197-210, 2015.

DE SOTO, Hernando. O mistério do capital: o papel dos direitos de propriedade na criação de riqueza e no alívio da pobreza. **Palestra Memorial Sir John Crawford do CGIAR, Cidade do México** (27 de outubro), 2004.

DE VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. Saraiva Educação SA, 2002, p.205

DÍAZ MORÁN, José Abraham. **Os royalties da hidrelétrica Itaipu Binacional como instrumento de Desenvolvimento Econômico Regional**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.

ENGIE. Usina Hidrelétrica Salto Santiago, 2007. Disponível em <https://www.engie.com.br/usinas/usina-hidreletrica-salto-santiago/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6 ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6ª Edição – 3. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTO, Nilse Lúcia et al. A aplicação dos royalties da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional como recurso de desenvolvimento aos municípios da zona de fronteira entre Brasil e Paraguai. 2019.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil**: caminhos e descaminhos. Planejamento e Políticas Públicas, [s. l.], n. 15, p. 42 - 99, 15 jun. 1997.

HECKMAN, James J. Investir no desenvolvimento na primeira infância. **Reduzir déficits, fortalecer a economia**, dez, p. 3-56, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 fev.2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 nov, 2023.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. 2023. Cadernos Municipais. Laranjeiras do Sul. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

JUNIOR, Helder Queiroz Pinto. **Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial**. Elsevier, 2007.

KARPINSKI, Cezar. Política energética e construção de hidrelétricas na primeira metade do Século XX: reflexões sobre o caso paranaense. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 961-978, 2017.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Saraiva Educação SA, 2017.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A Importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARGARET CHAN DEFENDE O CUIDADO UNIVERSAL, MAS SABEMOS O QUE É ISSO?. Portal Saúde Business, 2015. Disponível em: <https://www.saudebusiness.com/mercado/margaret-chan-defende-o-cuidado-universal-mas-sabemos-o-que-isso>. Acesso em: 14, nov, 2023.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 333P. Petrópolis. RJ. 1988.

MENDES, Noeli Aparecida Serafim. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana - Euclides da Cunha Paulista**. 2005.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ONS. Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em: <<http://www.ons.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PACHECO, Sérgio. A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos: Pela Valorização do Tributo Socioambiental como Fonte de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 1, n. 1, p. 181-207, 2015.

PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. **A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições**. Economia e Sociedade Brasileiras. Nova econ. 20 (1) Abr 2010.

PORTER, Michael E.; TEISBERG, Elizabeth Olmsted. **Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos**. Bookman Editora, 2007.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor. Na busca de conceitos e dados comparáveis sobre ação coletiva. **Sistemas agrícolas**, v. 82, n. 3, pág. 215-232, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Convênios por Estado/Município: banco de dados. Disponível em: < <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>>. Acesso em: 03 março, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIZZOTTI, JOSÉ ROBERTO. **ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS. COMPARATIVO DAS EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DAS CIDADES DE PORTO ALEGRE (RS) E CURITIBA (PR)(1989-1996)**. 1999. Tese de Doutorado.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos avançados, v. 15, p. 75-82, 2001.

SACHS, I. Rumo à socioeconomia teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMACHER, E. F. (1973). Small is beautiful: economics as if people mattered New York: Harper & Row. P.56 à 80.

SILVA, Gabriella Duarte. O impacto da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos no desenvolvimento de municípios, o caso do reservatório da usina hidroelétrica Três Marias. 2007.

SILVA, Ludimila Lima da. A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental. 2007.

SILVA, Gustavo Teixeira Ferreira da et al. Energias Renováveis e Potenciais Efeitos para o Desenvolvimento Regional no Brasil. [v. 15 n. 28: Jan./Jun. 2011](#).

SILVA, Fabricio Ströher. Perfil da geração hidrelétrica no Oeste e Sudoeste do Paraná. Jair Antônio da Cruz Siqueira. Cascavel, Paraná, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. Alguns aspectos teóricos das políticas agrícolas. **The World Bank Research Observer** , v. 1, pág. 43-60, 1987.

SUMMERS, Lawrence H. Os desafios do desenvolvimento. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 6-9, 1992.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimentos possíveis do Regional, envolvimento alternativos das Gentes. **Ágora (St. Cruz Sul, Online)**, v. 22, n. 2, p. 76-90, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCCI, Carlos E. M.; HESPANHOL, Ivanildo; CORDEIRO, Oscar de M. Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a “Visão Mundial da Água” – BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador, v. 13, n. ESPECIAL, p. 357-370, 2003.

VAINER, C. B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: UNICAMP, 1993. p.183- 207.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

WERNER, Deborah. Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira. **Inclusão Social**, v. 6, n. 1, 2012.

XAVIER, Thiago Reis et al. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1041-1066, 2013.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.